

(Se) Questo è un Uomo

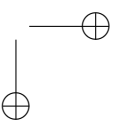
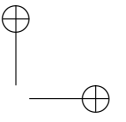
*Leitura ética, política e ontológica
da obra de Primo Levi*



Américo Pereira

2014

www.lusosofia.net





LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *(Se) Questo è un Uomo. Leitura ética, política e ontológica da obra de Primo Levi*

Autor: Américo Pereira

Colecção: Livros LUSOSOFIA

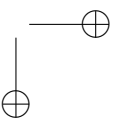
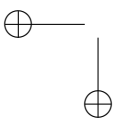
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

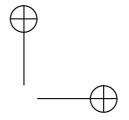
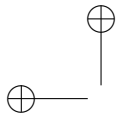
Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2014

ISBN: 978-898-98874-3-5



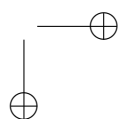
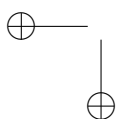


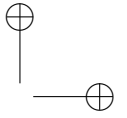
(Se) Questo è un Uomo
Leitura ética, política e ontológica da obra
de Primo Levi

Américo Pereira

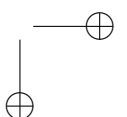
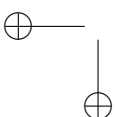
Índice

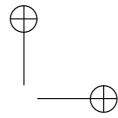
Introdução: O que está em causa	5
«Nós, que não estamos mortos»	5
A capacidade de acção	24
«Arbeit macht frei»	27
Mansidão ou cobardia?	28
«Não se pode pensar»	32
Viagem e traição	36
Auschwitz é aqui, na Terra	38
«O meu nome é 174 517»	46
«Hier ist kein warum»	49
A sobrevivência como acto ético e político	50
O sistema	52
Apagar o relevo ontológico	55
Uma nova <i>Bíblia</i> ?	57
O nome e o ser?	60
O <i>Lager</i> é uma forma de existência	64
Toda a experiência humana tem sentido	67
A traição em troca de um pouco de poder	70
Conclusão: os cadáveres não têm nome	76





*Dedicado a todos os que lutaram
e morreram em vão contra a besta nazi.*



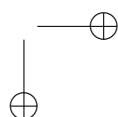
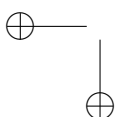


Introdução: O que está em causa

«Nós, que não estamos mortos»

«[...] noi che non siamo morti [...]»¹ é uma expressão de Primo Levi, usada, aliás, no momento cairótico, já próximo do fim do cativeiro físico, em que pareceu ser possível a retoma de uma vida comparável ao que pudesse ser uma normalidade hu-

¹O parágrafo, de que retirámos esta citação, diz, na sua totalidade: «Fu quello il primo gesto umano che avviene fra noi. Credo che si potrebbe fissare a quel momento l'inizio del processo per cui, noi che non siamo morti, da Häftlinge siamo lentamente ridiventati uomini» (Foi esse o primeiro gesto humano que ocorreu entre nós. Creio que se poderia fixar naquele momento o início do processo por meio do qual, nós, os que não morreramos, de Häftlinge, lentamente voltámos a ser homens» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 142 (tradução nossa; será sempre esta a edição a partir da qual as citações serão feitas). *Häftling* quer dizer «recluso», «detido», «preso»; *Haft* quer dizer «prisão», «detenção». São, portanto, termos perfeitamente normais quer no mundo jurídico a que pertencem estritamente quer no comum mundo da vida humana. Mas os nazis carregaram para estes termos, bem como para outros, por exemplo, o termo *Lager*, matizes de paradigmática desumanidade, paradigma que não inventou todos os males praticados nestes variegados *Lager*, males desde sempre praticados por uma humanidade que porfia em ser desumana, mas que os sistematizou, integrou sistemicamente numa nova forma cosmológica e política, a do Reich dos mil anos, sonhado e começado a construir por Herr Hitler. *Com o nazismo e o seu aparato de sistemática desumanidade, a humanidade compendiou e deu estatuto político positivo às formas mais cruentas de maldade*. É isto que distingue o nazismo de todas as outras formas de tirania que proliferaram ao longo dos milénios de história da humanidade. Se, anteriormente, dissemos do *Reich de mil anos* que foi iniciado por Herr Hitler, é porque pensamos que a sua construção tem continuado, em formas políticas essencialmente decalcadas do nazismo, mas disfarçadas: o velho sonho de transformar a humanidade num mero conjunto de escravos vem de muito longe, encontrou no nazismo o seu paradigma final e definitivo e permanece activo, num sistema desumano em que a «intocabilidade» define o limite entre o que se considera humanidade e o que não o é.



mana, normalidade orientada para algo semelhante à vetusta noção de bem-comum. Mas a leitura total e atenta da obra desmente categoricamente a afirmação acerca do estado de vida de «esses que não morreram»: o que todo o *Lager* nazi fez a todos aqueles que por aí passaram foi matar algo de fundamental neles, tarefa que levaram a bom termo, em grande parte dos casos, como se pode facilmente inferir da leitura desta obra, essencial para se compreender como a verdadeira morte às mãos de um qualquer tirano é *a morte do sentido de dignidade propriamente humana, ontologicamente humana*, presente em cada pessoa, e que a ergue como propriamente pessoa. Morto isso, tudo o mais é espúrio, tudo colapsa num nada de humanidade e os que foram seres humanos, pessoas, agora nada mais são do que escravos, não-entidades-humanas, postas ao serviço do capricho de um outro ser humano – tirania – ou de outros seres humanos – oligarquia – que se arrogam o direito e conquistam a realidade de poderem funcionalizar ontologicamente os demais ao seu querer e ao seu interesse.

Apesar da dureza do que iremos afirmar seguidamente, não nos surpreende que Primo Levi se tivesse suicidado, pois, de facto, o que nele era fundamental já morrera há muito e há muito fora sepultado em Auschwitz: a sua mesma funda dignidade humana, a sua mesma humana ontologia, na forma do sentido do que é ser propriamente um ser humano. Toda esta obra em estudo assim o prova. Toda esta obra é a prova cabal do *triunfo do nazismo e do mal* que consigo carregou para a espécie humana, mal que é muito mais do que uma memória, mal que é *uma realidade nega-*



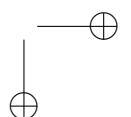
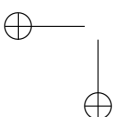
*tiva impossível de extinguir,*² que nem mesmo a morte pode fazer morrer.

Mas este não é um mero mal historicamente situado entre a tomada de poder por Herr Hitler no seio do nascente e já moribundo Partido Nacional Socialista e do Trabalho Alemão³ e o colapso do Terceiro Reich, em Maio de 1945, antes um mal que acompanha a humanidade desde os seus mais remotos alvares, desde que um qualquer ser humano *quis e conseguiu* reduzir ontologicamente um qualquer seu semelhante, tornando-o escravo da sua vontade. Tal acontece com todos os sistemas tirânicos, oligárquicos, mas também com todos os que praticam formas de redução ontológica *de uns seres humanos com a finalidade de os transformar em servos de outros.*⁴

²Mesmo a louvável prática do perdão nada pode fazer contra o absoluto ontológico – verdadeiramente metafísico – do «ter sido». O único verdadeiro mal do mal reside na sua inamissibilidade, isto é, no incontornável facto de não ser possível de modo algum desfazer em absoluto o que em absoluto foi feito. Assim como o bem feito permanece eternamente, o mal feito permanece eternamente. Tal implica que o único modo de anular o mal é nunca o praticar, isto é, ontologicamente eliminá-lo no que de mais profundo possui e que é a sua mesma possibilidade. Ora, esta possibilidade coincide com a possibilidade própria do possível agente do mal, pelo que o mal só é anulável se se anular a sua possibilidade na sede ética de que unicamente pode surgir – a mesma interioridade agente do ser humano. Reside aqui a imperiosa necessidade da sabedoria como único possível agente de eliminação do mal, precisamente enquanto possível. Sem esta prática virtuosa o mal triunfará sempre. Mas o mal seduz as bestas e encontra sempre com facilidade quem o defenda, por vezes com a maior subtileza: diabólicas bestas, tão sedutoras...

³«One day in September 1919, Hitler received orders from the Army's Political Department to have a look at a tiny political group in Munich which called itself the German Workers' Party.», SHIRER William L., *The Rise and fall of the Third Reich. A History of Nazi Germany*, New York, Simon and Schuster Inc., 1990, p. 35. E assim começou a relação de Hitler com o partido que em breve lhe iria cair nas mãos e de quem foi senhor, utilizando-o para a realização do seu trabalho de recosmicização de um mundo que considerava abjecto.

⁴Por via do encontro da sofrida reflexão socrático-platónica com a tradição judaico-cristã, mormente com a inédita mensagem de semelhança ontológica



Ora, nunca houve sistema político algum em que tal não acontecesse, pelo que Auschwitz é apenas o paradigma apical do que tem sido a grande tendência relacional política da humanidade, a escravização de uns em benefício de outros.

Infelizmente, para tal escravização colaboraram formas políticas, como as religiões, em sua vertente inter-pessoal, criando justificações falsamente metafísicas de tais reduções, reservando o bem apenas para uns tantos eleitos – eleitos habitualmente por si próprios. O conformismo deletério que se encontra em Auschwitz não é substancial ou essencialmente diferente daquele que se encontra em certas formas de religiosidade que procuram calar, no mais profundo seio da pessoa, toda e qualquer veleidade de manifestação de indignação relativamente à mais evidente violação do que constitui a dignidade própria do ser humano, enquanto pessoa, algo que nunca qualquer entidade ou super-entidade merecedora do epíteto de divina poderia defender, pois é apenas digna da mais baixamente bestial das bestas. Como muito bem Xenófanés já vira, um deus-besta mais não é do que uma imagem bestial de um ser humano que assim se imagina divino.

O nazismo, a par com outras formas de fascismo, mas ultrapassando-as na radicalidade com que denega a humanidade de certas pessoas, constituiu e instituiu a mais profunda provação histórica

básica entre todos os seres humanos e o próprio Deus aportada por Cristo, a que se seguiram muitos anos de luta pelo estabelecimento do sentido de uma transcendentalidade ontológica humana irreduzível, de que há a salientar a Magna Carta britânica, a Declaração Americana dos Direitos do Homem, a introdução por Lloyd George e Churchill dos sistemas previdencialistas modernos, já no século XX, e que culminou com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e suas sequelas, *houve*, pelo menos em certos lugares do Ocidente, mormente na Europa, um breve tempo em que algo como aquele reconhecimento da transcendentalidade ontológica humana pareceu ter norteado o governo dos povos. Tal tempo está a chegar ao fim, com o ressurgimento avassalador de formas várias de desclassificação ontológica das pessoas. Não temos qualquer dúvida de que Herr Hitler se sentiria muito bem nos novos e desgraçados tempos que se avizinham.

posta ao próprio género humano relativamente a ser capaz ou incapaz de afirmar e confirmar a sua mesma humanidade. O *triunfo efémero* sobre o nazismo constituiu uma breve possibilidade de manifestação de uma grandeza propriamente humana da humanidade, uma contra-prova da bíblica agonia de Sodoma e Gomorra.

Mas o nazismo é, na continuidade das formas que paradigmaticamente, um perigo constante de vitória da mesma tirânica vontade de negar a humanidade, pelo que há que perceber que a vitória sobre ele foi apenas um momento passado, que o mundo está sempre semeado de candidatos a Hitler que, dispondo de uma qualquer Wehrmacht, não deixarão de procurar estender o seu império inumano o mais longe possível, pelo maior tempo possível, parasitas que são da possibilidade ontológica dos outros, sem a qual nada são.

É contra este «buraco-negro» onto-político que é o tirano que deve o ser humano prudente estar atento;⁵ contra ele lutar, sempre que se manifeste; sem compromisso, sabendo, após a lição de Primo Levi, que *qualquer compromisso com a besta tirânica mata*, mais cedo ou mais tarde.

O que Primo Levi não compreendeu é que *mais vale morrer humanamente íntegro lutando contra a besta tirânica do que vegetar, bestializado, procurando sobreviver numa vida que, sendo biológica, já não é humana*, precisamente como queria o tirano, realizando a vontade do tirano.

O relato de Primo Levi manifesta o triunfo de Herr Hitler.

A morte dos que foram os irmãos de cativeiro de Primo Levi, é o triunfo de Herr Hitler.

⁵Porque o tirano é o maior inimigo da humanidade, pois, no limite, o bem do tirano é o mal da restante humanidade, proteger o tirano é contribuir para o mal da humanidade, para a aniquilação desta como propriamente humanidade. Fazer leis que protegem os tiranos – ou os candidatos a tiranos – é colaborar com a tirania e é criar para si próprio o direito a ter o mesmo destino de quem assim se protege, quando a velha Némesis chegar.

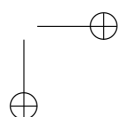
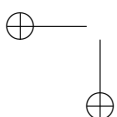


Todo o mal que se continua fazendo emulando, mais ou menos discretamente Auschwitz, é a contínua vitória de Herr Hitler. Desiludam-se, pois, os que pensam que a decência humana venceu quando se derrubou a besta hitleriana: tudo o que Hitler representava sobrevive em todas as formas de redução humana. Mas onde é que, hodiernamente, se encontra uma qualquer sociedade humana em que tal não se pratique? Hitler perdeu?

Mas há uma outra razão para que Herr Hitler tenha triunfado. Esta humanamente irremível. A vida de Primo Levi, e, com ela, a de todos os que, com ele e como ele, viveram ou morreram, é a prova do engano daqueles que pensam que o nazismo foi derrotado: não foi e nunca poderá ser, não porque perdure dele uma memória psicológica ou histórico-monumental, mas porque bem e mal feitos são ontologicamente indelévels, são eternos. Daqui, a pertinência do bem e a impertinência do mal. Pertinência e impertinência ontológicas.

O bem não precisa de trombetas e o mal escapa a qualquer borraça deletéria. Um constrói e tem nessa mesma construção o seu prémio eterno; o outro destrói ou não deixa construir e tem, também ele, nisso a sua eterna vitória. Um e o outro são inamissíveis, não havendo deus algum que tal possa contrariar, nem mesmo Deus, o próprio, que tem de conviver eternamente com o mal que os homens fizeram. Sodoma e Gomorra e seu destino têm nisto a sua cabal explicação.

E a morte humana de Primo Levi também: *falhado o momento cairótico de combate eficaz ao mal, deixado este ser e ser como negação do ser, nada já há a fazer e tudo o que se fizer posteriormente é impotente para eliminar o mal feito*. A redenção redime, isto é, permite um devir ontologicamente livre do peso pessoal do mal praticado, mas não apaga a ontologia havida, o mal feito. Redimir é um recurso extremo contra a estupidez da humanidade que faz o mal quando deveria fazer o bem. Mas não é mais do que isso. Daí, o apelo do próprio Cristo a que se faça o bem, isso que não



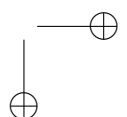
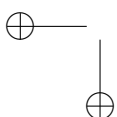


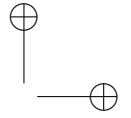
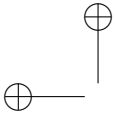
necessita de redenção alguma, pois é a redenção de si próprio: isso que tem, no bem que é, a eterna e gloriosa recompensa que merece.

A vergonha de que Primo Levi fala, já próximo do fim da obra: «[...] e ora ci opprime la vergogna.»⁶ não é uma vergonha psicológica, não é um mero sentimento, mais ou menos profundo, mas o acto de quem finalmente percebe que se deixou vencer por um inimigo, subtil ao ponto de não eliminar imediatamente o seu inimigo, antes lhe permitindo sobreviver o tempo necessário para dele fazer útil escravo, produtor de riqueza para o *Reich*, cumprindo a vontade de Hitler, manifestada desde as fases mais iniciais do movimento nazi por si comandado, tendo em vista a obtenção de um espaço vital livre de indesejados.

Estes últimos, a eliminar, mais tarde ou mais cedo, poderiam, no caso de ainda serem economicamente úteis, prestar um duplo serviço: realizar os trabalhos necessários ao *Reich* – primeira tarefa –, mas de forma a irem sendo enfraquecidos, humilhados, num processo que os destituiria quer da sua dignidade quer da sua vida, esta morte lenta constitui a segunda e principal tarefa. Estes escravos temporários foram postos num processo lento de suicídio duplamente benéfico para os seus senhores. Havendo três escolhas possíveis: *resistir*, *conformar-se*, *desistir*, todo o trabalho de escravização foi conduzido no sentido de promover a segunda, em detrimento da primeira e da terceira. Mas o trabalho dos algozes foi tão bem executado que, no horizonte real dos escravos, apenas as duas últimas existiam. A resistência era, na prática, inexistente,

⁶«Abbiamo issato la menaschka sulla cuccetta, abbiamo fatto la ripartizione, abbiamo soddisfatto la rabbia quotidiana della fame, e ora ci opprime la vergogna» «Levantámos a *menaschka* em cima da cama, fizemos a distribuição, satisfizemos a raiva diária da fome, e agora a vergonha oprime-nos.» Tradução para língua portuguesa de Simoneta Cabrita Neto, *Se isto é um homem*, Lisboa, Teorema, 2001, p. 133. (De ora em diante, sempre que seja utilizada esta versão, assinalaremos, «trad. SCN»).



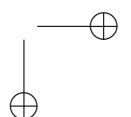
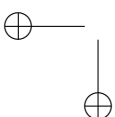


salvo raríssimas exceções, imediatamente anuladas, para que não pudessem criar escola.⁷

A desistência impedia o cabal aproveitamento económico dos escravos a abater, mas tinha a vantagem – ideológica e politicamente importante – de cumprir o fim primeiro e último dos campos de trabalho e de extermínio, a eliminação dos indesejados. Assim, mesmo com prejuízo económico, a desistência servia bem a principal finalidade nazi. Mas esta era sobretudo servida com excelência⁸

⁷A resistência foi anulada na sua possibilidade, pois apenas deste modo seria, como foi, possível fazer com que tantos prisioneiros não se revoltassem organizadamente e subvertessem a ordem dos campos. Temos de perceber que o número de prisioneiros assim desumanizados e, portanto, anulados humanamente em seu desejo ou vontade de liberdade, era muitíssimo superior ao do dos seus carcereiros de vária procedência: os verdadeiros profissionais com treino militar capaz presentes nos campos nunca eram muito numerosos. O que manteve submetidos estes prisioneiros não foram as condições materiais – anuladas inúmeras vezes nos campos de prisioneiros para militares dos aliados ocidentais inimigos dos nazis –, mas o facto de se lhes ter retirado o sentido da humanidade própria. Num campo com cem mil prisioneiros que se juntassem para uma fuga maciça organizada, mesmo que houvesse mil guardas armados com pistolas-metralhadoras, o máximo que estes poderiam fazer nos primeiros segundos seria disparar cerca de trinta mil balas, findo o que os restantes setenta mil os dominariam enquanto mudassem os carregadores... Não foi a matéria que conservou os prisioneiros nos campos de trabalho e de morte, mas a morte do espírito que lhes foi imposta. Esta lição sobre o perigo radical e fundamental permanece actual, num momento em que as ameaças ao espírito e ao sentido humano da humanidade se tornaram ambientes.

⁸Não esquecer que a «excelência» é apenas um determinativo de uma qualquer prática, boa ou má; assim sendo, podemos dizer que quem faz o bem o faz de forma excelente, mas quem faz o mal, no mal que fez, o fez de modo excelente, ou não seria mal... Quer isto dizer que em termos ontológicos, éticos e políticos o que conta é a substância do acto e não a sua mera pelicularidade adjectiva. Assim como há uma excelência própria dos santos há uma excelência própria das bestas. Até o lixo pode ser considerado excelente, dependendo do quadro de valores considerado, e, mesmo num quadro pouco dignificante para a ontologia do lixo, podemos, ainda, escolher uma parte sua relativamente excelente, o que os anglo-saxónicos ironicamente designam por «the pick of the litter»...





através da conformação, pois esta atitude não apenas continuava servindo o propósito de aniquilação destes inimigos de eleição do *Reich* como ajudava ao enriquecimento deste.

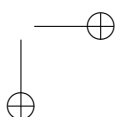
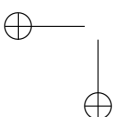
Ao contrário dos judeus do gueto de Varsóvia, que, chegado um momento em que se percebeu que, estando quase tudo perdido, pelo menos a dignidade humana tinha de ser salva e havia que morrer como ser humano e não como coisa ou besta, insurgindo-se militarmente contra os tiranos alemães, numa relação desproporcionada em extremo, assim, desesperada militarmente à partida, mas manifestando esperança em algo que nenhuma arma pode matar, estes escravos preferiram sobreviver de uma forma que dava razão aos seus carrascos – precisamente como «sub-humanos».

É quando tal sucede que a humanidade se perde como tal. E de nada serve invocar “razões” ou desculpas, quaisquer, pois a derrota é inapelável e a mesma humanidade morre mesmo, na forma física ou espiritual ou ambas – primeiro a segunda – independentemente de “razões” ou desculpas.

Tem, portanto, razão Primo Levi quando nos diz que «Destruir o homem é difícil, quase quanto criá-lo: não foi fácil, não foi breve, mas conseguistes-lo, alemães. Eis-nos dóceis sob os vossos olhares: da nossa parte, nada mais tendes a temer: nem actos de revolta nem palavras de desafio nem sequer um olhar que vos julgue. [...] Porque também nós estamos quebrados, vencidos: mesmo tendo sabido adaptar-nos, mesmo tendo finalmente aprendido a encontrar o nosso alimento e a suportar a fadiga e o frio, mesmo que regressemos [a casa].»⁹

Alguns destes escravos sobreviveram. Mas a sua sobrevivên-

⁹«Distruggere l'uomo è difficile, quasi quanto crearlo: non è stato agevole, non è stato breve, ma ci siete riusciti, tedeschi. Eccoci docili sotto i vostri sguardi: da parte nostra nulla più avete a temere: non atti di rivolta, non parole di sfida, neppure uno sguardo giudice. [...] Perché, anche noi siamo rotti, vinti: anche se abbiamo saputo adattarci, anche se abbiamo finalmente imparato a trovare il nostro cibo e a reggere alla fatica e al freddo, anche se ritorneremo.» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 133 (trad. nossa).



cia será pouco mais do que algo de meramente físico e biológico. Mais, ontologicamente, a sua sobrevivência parece limitar-se a algo de físico e de biológico. Sabemos nós que tal não é: que a sobrevivência de um ser humano, qualquer seja, é sempre algo de mais do que físico e biológico; mas até que ponto quem assim se deixou humilhar e degradar ontologicamente percebe tal?

Que sobra do ser humano, como propriamente humano, quando este entrega quase toda ou mesmo toda a sua dignidade propriamente humana apenas em troca de mais um tempo de vida? E que vida? Vida propriamente humana? Não, se o que entregou em troca desse tempo foi a sua dignidade humana.

Então, que sobra destes seres humanos? Humanamente, muito pouco, no que foi e é a vitória aparentemente oculta do nazismo e de tudo o que ele representava.¹⁰ Enquanto, em muitos campos de prisioneiros militares, na Europa e mesmo no Extremo Oriente, por exemplo, mesmo sob condições fisicamente muito semelhantes – especialmente as impostas pelos japoneses, émulos muito bem sucedidos dos nazis nestes actos –, se foi mantendo um sentido de resistência,¹¹ talvez auxiliado pela preparação militar anterior, que permitiu, por sua vez, a manutenção do sentido propriamente

¹⁰Tal aplica-se aos campos de prisioneiros dos japoneses, dos soviéticos, etc., onde estas estratégias e estes métodos de desumanização foram empregues, mas aplica-se também a todos os lugares e acontecimentos em que o ser humano é tratado não como pessoa, mas como coisa ou como mero instrumento, isto é, é escravizado, desde sempre e para sempre.

¹¹A título exemplificativo, consultar a obra *Ghost Soldiers. The Forgotten Epic Story of World War II's Most Dramatic Mission*, de Hampton Sides, New York, Doubleday, 2001, em que se conta a história verdadeira do resgate de prisioneiros aliados sob o terrível jugo dos nipónicos, nas Filipinas, mas em que também se narra a vida destes seres humanos que nunca perderam o sentido de humanidade, não de um modo universal, procurando sempre servir o bem-comum daquela comunidade tentativamente escravizada, mas que nunca se deixou escravizar. Há momentos de verdadeira sublimidade, como aquele que é narrado a pp. 156-158. Foi e é esta diferente maneira de lidar com os prisioneiros, anulando-os, que marca a essência e a diferença profunda do modo típico dos nazis, capaz de, onde aplicado, quer com judeus, eslavos ou

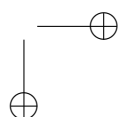
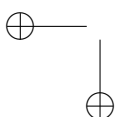


humano, nos campos de concentração nazis, houve uma geral desistência, como se os prisioneiros tivessem concedido demonstrar que os seus carrascos tinham razão. Sob pena de morte, muitos soldados tentavam fugir e fugiam, eram recapturados, mortos, mas morriam como seres humanos livres, sem dar razão aos seus algozes.

Permanecerão para sempre objectivamente incompreensíveis as reais razões pelas quais um semelhante ambiente não prevaleceu nos campos de concentração e de extermínio nazis. As razões comumente avançadas desfazem-se todas contra a evidência da morte que esperava tais pessoas, morte que, sendo certa, podia ser vivida com dignidade humana. Como não transformar esta possibilidade de morte digna numa realidade que elevasse humanamente quem assim estava condenado a morrer, a ser aniquilado em sua mesma humanidade, seu único e insubstituível tesouro ontológico? Porquê deixar-se morrer ou matar de uma forma inglória? Como não lutar, mesmo desesperadamente, não para não morrer, mas para morrer mostrando que se morre como uma pessoa, não como um bicho? Diz o povo, e bem, que «quem cala consente». Calar-se perante a ignomínia nazi – ou outra qualquer – é consentir nessa mesma ignomínia: se a ignomínia consiste em negar a minha mesma humanidade, se me calo, consinto nessa negação, isto é, ajudo a prová-la como boa: «vejam como são mesmo bichos, pois até como os bichos se deixam matar...». Consistiu e consiste nesta mesma anuência ao mal da denegação da dignidade ontológica da pessoa humana o triunfo do nazismo. Herr Hitler triunfa sempre que tal acontece.

Quando certas posições filosóficas e religiosas – que, conscientes ou não do que assim fazem, servem os fins dos tiranos – defendem posições de aceitação do mal, estão objectivamente a praticar o mesmo regime ontológico e ético e político que Herr Hitler e seus

outros quaisquer «indesejados», produzir um ambiente de total desistência da humanidade, salvo, claro está, raríssimos exemplos.



sequazes praticaram. A inacção perante o mal, podendo haver uma qualquer forma de prática contra o mal, é tão responsável pelo mal quanto o mesmo operador inicial original de tal mal.

A falta de esperança elimina a inteligência propriamente humana? Uma resposta positiva a esta questão genérica é a única que nos permite vislumbrar especulativamente algum sentido – se bem que necessariamente negativo – em todo este processo: a estratégia montada visou e conseguiu eliminar a inteligência propriamente humana destes seres humanos. Foram incapazes de perceber, de intuir, o óbvio e isso aniquilou neles a possibilidade de viver a sua morte como seres humanos, não como bichos, seres desumanizados em que os transformaram?

Se sim, deste ponto de vista, o nazismo – e todos os fascismos em geral – obtiveram uma retumbante e indelével vitória.

Mas é este o procedimento de sempre dos tiranos: matar o que é o acto de inteligência próprio do ser humano, que como tal o ergue, se preciso for, contra tudo e contra todos, sobretudo contra o tirano. E o tirano bem o sabe, pelo que tem a necessidade imediata de eliminar nos seres humanos que pretende parasitar esta luz lógica que, não eliminada, será a ruína do tirano. Será, assim, na ruína da própria possibilidade de inteligibilidade humana do ser humano que reside o colapso de toda a possível esperança, pois esta tem de ser, para um ser humano, propriamente humana. Ora, *se o ser humano não se entende já como propriamente humano, como pode ter uma esperança que possa ser também ela humana, isto é, ontologicamente digna de um ser humano?*

Sócrates é o exemplo laico clássico deste sacrifício em prol da dignidade humana, *alicerçada na intuição do seu ser como propriamente humano.*¹² O que está em causa no processo movido

¹²Como exemplos não-laicos, na nossa tradição, temos os bem esclarecedores de Job e do próprio Cristo, mormente este último, aquando das tentações no deserto e das tentações, também essencialmente políticas, durante o processo de condenação e morte. Nunca a dignidade humana de qualquer destes personagens – laicamente entendidos – foi pelos próprios posta em causa, contra tudo

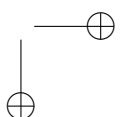
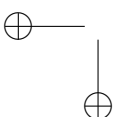


contra Sócrates é a definição da mesma humanidade ou como coisa meramente funcional, juguete dos deuses e da cidade, ou como coisa substantiva, propriamente substantiva, de estofos divinos, sim, mas nunca escrava seja do que for, seja da cidade ou dos deuses. Sócrates é o primeiro mártir da humanidade que se quer livre e humanamente autónoma, apenas submetida a uma «voz» interior, que não impõe, mas permite livremente ver com outra luz as coisas mundanas.

Nunca, durante o processo de acusação de que foi alvo, por parte de uma oligarquia dita democrática de Atenas, atentou Sócrates contra o sentido ontológico da sua dignidade propriamente humana, chegando a propor como pena a si aplicável que passasse a ser alimentado no Pritaneu, lugar do agradecimento político à excelência da bondade humana. Tal recusa a renegar-se valeu-lhe a morte, a que teria sido poupado se se escravizasse aos desejos de menorização de seu ser manifestados pelos acusadores e pela parte da Boulé – Assembleia – que o condenou.

Não está, aqui, em causa qualquer forma de condenação destas pessoas que não puderam, não souberam, não quiseram preferir a morte humana à morte inumana. A sua sorte já foi pena mais do que bastante para tal. A sua sorte pessoal nada mais deve provocar em nós do que um sentido de compaixão e mesmo amor para com tais seres, *irredutivelmente pessoas*, mesmo se levadas elas próprias a negar tal pessoalidade. Temos o dever de as amar em e no seu destino. Mas temos o dever de também vigiar para que tal destino não se volte a verificar como possível para outros seres humanos: contra a possibilidade do mal, o bem impõe-se, mesmo que esse bem seja deletério activo da possibilidade do mal, em toda a universal abrangência do que acabou de ser afirmado.

e contra todos: há um sentido de dignidade ontológica em cada ser humano que faz dele o que é como ser humano e que, perdido, elimina o ser humano como propriamente humano. *O que todas as formas de fascismo, de que o nazismo é o paradigma último, intentam é precisamente eliminar este sentido ontológico próprio da humanidade, incarnado em cada pessoa.*



Mas temos, sobretudo, o dever de procurar perceber como é que foi possível esta morte da humanidade: como se pode desistir de se ser um ser humano? O interesse não é historiográfico ou erudito ou especulativo, mas fundamentalmente pedagógico, de modo a podermos perceber como seja possível evitar e ajudar a evitar que tal aconteça, num mundo em que tal acontece quotidianamente, agora através de meios muito mais subtilizados, mas que buscam os mesmos fins de redução da grande maioria dos seres humanos a meros instrumentos desumanizados do bem de uns poucos.

De que instrumentos dispõe a vida humana para se afirmar como tal, quando toda a esperança parece já ter sido eliminada e o próprio Deus em que alguns esperam e de quem esperam auxílio parece ou nunca ter sido ou ser mais um de entre os tiranos, ficando o ser humano só e entregue às suas únicas forças?

Sabemos, teoricamente, que a resposta é a resposta de Job. Mas, na realidade concreta do campo de Auschwitz, onde está, já não Deus, mas Job?¹³ Onde encontrar este último, para ser possível encontrar aquele e, depois, o próprio homem? Como manter o sentido da humana dignidade, sem o qual não é possível o ser humano, mas também Deus?

O que se passa nesta narrativa verídica, mais propriamente verdadeira, no que à essência dos actos diz respeito, despida de toda a emoção que possa ser impeditiva de um são juízo racional sobre a sua historicidade objectiva, põe em causa o que se pode entender por *lei*, em sua essência, substância e valor de serviço próprio, que ou são categorias ontologicamente informadas ou são irrelevantes, tornando irrelevante a própria lei (é o que sempre aconteceu e continua a acontecer em muitos agregados¹⁴ de indivíduos humanos).

A quase totalidade desta obra que estudamos é constituída por

¹³Como veremos mais adiante, a grande questão não é «onde está Deus?», mas «onde está o ser humano?» ou, se se quiser abandonar toda a possibilidade de pessoalíssima cobardia, «onde estou eu?».

¹⁴Escolhemos esta designação, pois, comunidades nunca existiram verdadeiramente e o termo «sociedade» quer dizer tanto que já possui uma tal



afirmações de grande importância semântica, em muitos e diferenciados níveis, tal a grandeza, positiva e negativa, do que nela se relata, do que nela está em causa.

Mas poucas são tão relevantes, do ponto de vista da ontologia cósmica do mundo humano, do que uma que pode facilmente passar despercebida e que se encontra perto do final do capítulo intitulado «As nossas noites». Diz assim o trecho: «[...] pelo que é melhor concentrar a atenção e o desejo no pedaço de pão cinzento, que é pequeno, mas [que] dentro de uma hora será certamente nosso, e durará cinco minutos, e, enquanto o não tivermos devorado, constituirá tudo o que a lei daquele lugar nos permite possuir.»¹⁵

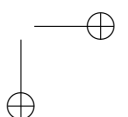
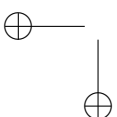
Deixámos a citação como se encontra no texto, sem qualquer forma de sublinhado, mas temos de sublinhar que, embora tudo o que é dito seja muito importante, a última parte assume especial gravidade: «a lei daquele lugar»? A «lei»?

Esta afirmação de Primo Levi manifesta, precisamente porque não é subjectiva como a maioria das demais, precisamente porque se refere a algo de objectivo, de estrutural em termos humanos e mais do que humanos, o estado de degradação a que a inteligência humana se encontra sujeita numa tal situação.

Inocentemente, Primo Levi fala de lei; Primo Levi acredita que possa haver ainda algo como uma «lei» num tal lugar. Mas o que

equivocidade que arruína qualquer possibilidade de identificação objectiva do que seja que quer indicar na realidade concreta.

¹⁵Reza assim o trecho total do parágrafo de onde retirámos a citação: «Incomincia un giorno come ogni giorno, lungo a tal segno da non potersene ragionevolmente concepire la fine, tanto freddo, tanta fame, tanta fatica ce ne separano: per cui è meglio concentrare l'attenzione e il desiderio sul blocchetto di pane grigio, che è piccolo, ma fra un'ora sarà certamente nostro, e per cinque minuti, finché non l'avremo divorato, costituirà tutto quanto la legge del luogo ci consente di possedere.» «Começa um dia como todos os dias, a tal ponto longo que não se pode razoavelmente conceber o seu fim, de que nos separam tanto frio, tanta fome, tanta fadiga; pelo que é melhor [...], LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 56 (trad. S. C. N.).



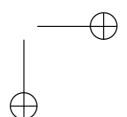
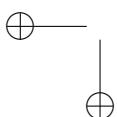


caracteriza tal lugar é exactamente isso que, aí, passa por lei, mas que é a mesma *negação da lei*, uma sua anedotização, posposta a uma real aniquilação de toda a forma tentativa de aproximação ao que seja verdadeiramente uma lei: em Auschwitz, nos Auschwitzes todos não há lei: *se lei houvera, não haveria Auschwitz*. É outra coisa essa que impera em Auschwitz: é o que Trasímaco – portavoza agónico de toda a bestialidade tirânica – da *Politeia* de Platão tenta impor como justiça: a literal «conveniência do mais forte».¹⁶

Ora, que é a lei e para que serve e qual a relação profunda entre a essência e substância da lei e a sua finalidade? Sem se compreender tal, não se pode compreender o que se passou e passa em todas as formas políticas matriciadas em Auschwitz.

Há, fundamentalmente, dois modos diferentes e substantivamente diversos de definir o que seja lei. O primeiro diz respeito a formas transcendentais e transcendentés de organização ontológica do ser, primeiro num universal sentido cosmológico – é porque há lei que há cosmos, sendo que o que distingue ontologicamente o cosmos do caos é precisamente a lei, quer dizer que o cosmos é o caos com lei e o caos é o cosmos sem lei. Esta forma legal não é especificamente humana, pelo contrário, ela é transcendente à humanidade e tem a sua base num qualquer princípio que lhe

¹⁶Esta passagem do «Livro I» da *República*, paradigma teórico de toda a tirania, diz o seguinte, codificando aquela que é a ambição de todo o candidato a tirano (ou a sócio de uma sociedade anónima de tiranetes, uma oligarquia): «Certamente que cada governo estabelece as leis de acordo com a sua conveniência: a democracia, leis democráticas; a monarquia monárquicas, e os outros da mesma maneira. Uma vez promulgadas essas leis, fazem saber que é justo para os governos aquilo que lhes convém, e castigam os transgressores, a título de que violaram a lei e cometeram uma injustiça. Aqui tens, meu excelente amigo, aquilo que eu quero dizer, ao afirmar que há um só modelo de justiça em todos os Estados – o que convém aos poderes constituídos. Ora estes é que detêm a força. De onde resulta, para quem pensar correctamente, que a justiça é a mesma em toda a parte: a conveniência do mais forte.», PLATÃO, *República*, Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [1980], p. 24.





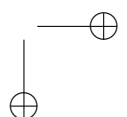
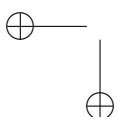
é ainda superior e que ordinariamente se confunde com o próprio divino, com o próprio Deus. Este é o entendimento mais arcaico de lei: a extensão lógica para o que não é divino da mesma lógica ordenadora divina. A produção divina, por meio desta mesma extensão ontológica, passa a ser transcendentemente informada por isso que é a lei: no caso vertente, princípio transcendente de ordem e de ordenação, assim imanentizado no produzido por Deus, na sua criação.

No caso de o deus ser o próprio cosmos, então não é uma extensão, mas uma total coincidência do cosmos com o mesmo princípio “divino” imanentemente informador: um caso muito conhecido deste tipo é o do mundo estoíco, todo ele lógica providencial imanente, um cosmos auto-poiético e «autó-nomo».

Nestes sistemas, a lei aplicável aos seres humanos decorre sempre e é sempre uma qualquer forma de sobre-extensão da lei cósmica-divina. A lei dos seres humanos não é propriamente autónoma. Se houver uma qualquer forma de autonomia humana, esta deriva de uma parte da mesma lei cósmica, que prescreve a regionalidade possível de uma autonomia parcial para os seres humanos. Mas esta parte é uma com o todo e a lei humana é uma lei cósmica como as outras, isto é, acompanha a mesma essência fundamental natural da lei cósmica.

O segundo modo diz respeito à lei como produto cultural, isto é, como algo de criado pelo próprio ser humano, posto por ele, lei positiva. Neste tipo, o fundamento último da lei reside não num qualquer princípio transcendente, mas na mesma pura imanência ontológica e totalmente (absolutamente) autónoma do ser humano.

Qualquer seja a origem natural – e apenas natural – do ser humano, não há uma referência positiva a uma qualquer realidade anterior – ontologicamente anterior – em que se possa fundamentar radicalmente a lei: esta nasce e morre com o ser humano, tem origem exclusiva na sua mesma ontologia e nunca a pode ultrapassar. A lei positiva abre um abismo ontológico entre a legali-





dade humana, puramente humana, e outra qualquer possível, logicamente possível, legalidade. Tal abismo é sempre realmente inultrapassável.

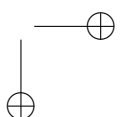
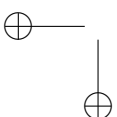
Ora, quer num caso quer no outro, apenas o serviço da lei como forma essencial e substancial anti-caótica lhe empresta a sua importância ontológica: uma qualquer lei que não sirva como obreira de ordem, como barreira ao perigo de caoticidade não tem qualquer valor cosmológico, pelo que não é logicamente uma lei em seu sentido fundamental.

Assim e sempre, *é o serviço ontológico da lei como cosmogeneradora que faz da lei propriamente lei*. As chamadas leis naturais, isto é, os princípios reguladores ontológicos objectivos que fazem do universo um cosmos são leis porque são estes mesmos princípios íncitos à ontologia básica do ser.

Analogamente, e apenas, as leis culturais, isto é, as positivas, só são leis se – mantendo a analogia – desempenharem no mundo dos seres humanos e no mundo que estes afectam pela e com a sua presença, o mesmo papel cosmológico que as leis naturais desempenham no mundo não culturalmente posto.

Tudo o mais que possa reclamar o título de lei e que não funcione deste modo não é lei, mas apenas ou um erro cognitivo – não se percebe que isso que se diz que é lei não o é – ou um acto malévolo por parte de quem, percebendo tal desfasamento, insiste em pôr como lei algo que intrinsecamente o não é. Este acto é sempre um acto tirânico e a essência da tirania consiste precisamente na imposição de pseudo-leis como se leis fossem.¹⁷

¹⁷Note-se que tal não depende de quaisquer factores ditos formais, como o modo de imposição de tais pseudo-leis: uma pseudo-lei não passa a ser uma lei apenas por ter sido formalmente produzida ou implementada por um qualquer órgão de poder dito legítimo. Ainda que haja legitimidade formal, tal não assegura magicamente a real legalidade da lei: esta depende apenas do seu carácter cosmológico. Foi isto que Platão bem percebeu, compreendendo que, em termos do mundo humano, apenas o bem-comum poderia servir de critério para a bondade ou legalidade da lei, dado que não há ou pode haver qualquer outro





A cobertura dita legal que o regime nazi criou para as suas acções de agressão, exploração e extermínio em nada diminui a real responsabilidade ética e política de todos os que colaboraram nestas mesmas acções. O mesmo se diga de todos os que, não sendo alemães ou nazis, não deixaram de colaborar. Se só há responsabilização legal quando há uma lei que possa abranger tal responsabilização, o que implica que, não havendo lei, não pode tal responsabilização existir, o que, por sua vez, dado que muitos de tais documentos não são verdadeiras leis, se torna impossível precisamente porque, deste modo, não há lei, do ponto de vista ético e político, há sempre uma qualquer responsabilização possível, pois a ética e a política regem-se unicamente pelo princípio do bem-comum, sem o que não são pura e simplesmente possíveis.

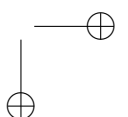
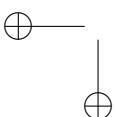
Quer isto dizer que ética e politicamente o desrespeito pelo princípio antropocosmológico do bem-comum é sempre passível de ser condenado em nome de tal fundamental princípio.

Assim sendo, ética e politicamente, todos os que participaram de algum modo na vergonha que foi a agressão, exploração e manutenção dos «indesejados» são responsáveis e devem ser responsabilizados, ainda que apenas para fins de registo histórico e historiográfico. A maldade não deve ser varrida do compêndio da humana história. Não se trata de uma questão de vingança ou sequer de castigo – ambos radicalmente inúteis –, mas de uma questão de respeito pela realidade, sobretudo pela realidade do sofrimento dos inocentes, para o qual não há resgate possível.¹⁸

Quanto à possibilidade de a manutenção em vida dos assim

critério objectivo: apenas o bem de todos pode garantir que isso que o promove é verdadeiramente cosmológico, cosmogónico, isto é, literalmente, gerador de ordem, ora, a ordem nunca pode ser imperfeita e sê-lo-á sempre que não consiga promover o melhor bem possível para todos concomitantemente.

¹⁸Mesmo em termos cristãos, se a entrega apaixonada e amante de Cristo serviu para libertar o ser humano do pecado, não pode servir, sob pena de magia, como aniquilador da realidade do sofrimento que tal pecado acarretou a quem tomou como seu objecto. Mais uma vez, apenas o trabalho da prudência pode





oprimidos ser produzida por uma ainda esperança numa salvação qualquer, o estudo que se segue desmente tal possibilidade.

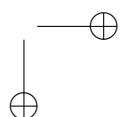
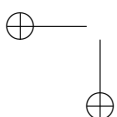
A capacidade de acção

Tendo em consideração o que, de um modo geral, se passou de diferente entre os campos de prisioneiros militares ocidentais, especialmente os dominados pelos nazis, e os campos de trabalho forçado e de extermínio dominados por pessoas que compartilhavam a mesma ideologia, apenas uma explicação, também necessariamente geral – porque o detalhe varia imensamente –, que passe pelo controlo político, operado por via de uma recosmicização do mundo em que são forçados a viver, da capacidade de prática dos internados em tais campos pode explicar tal diferença.

Como é fácil de perceber pela leitura do texto de Primo Levi, a grande estratégia dos carcereiros consistia em limitar drasticamente a capacidade de acção dos prisioneiros, assim lhes impossibilitando qualquer forma propriamente humana de afirmação, logo, de liberdade. Foi esta limitação da prática possível dos prisioneiros que pareceu dar razão aos algozes quando os classificavam como entidades inferiores, vulgo animais bestializados, infra-humanos. Se bem que o não fossem à partida, senão na perversidade ideológica nazi, baseada nas ideias-padrão propostas por Herr Hitler em *Mein Kampf*, após a limitação imposta à sua capacidade prática humana, passavam, *de facto*, a agir como se tais entidades ontologicamente desvalorizadas fossem.

E é este o grande triunfo do nazismo, a redução bestial real daqueles a quem marcavam como sub-humanos e a quem reduziam efectivamente a formas de aparente sub-humanidade imposta. Não

evitar tal, precisamente porque pode evitar o mal. Tudo o mais é irrisoriamente impotente. Mas há quem se compraza na impotência.



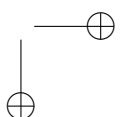
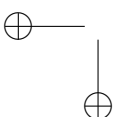


é possível olhar para o relato de Primo Levi, sem perceber nos comportamentos aí relatados, uma sub-humanidade concreta: de facto, *reduzidas como foram*, as pessoas comportavam-se como bestas, para gáudio de seus “senhores”.

Como já foi visto anteriormente, num contexto diferente, a limitação prática, quando já efectivamente imposta, leva a três possíveis atitudes existenciais: segundo a primeira, as pessoas recusam-se a uma tal limitação, recusa que, mais tarde ou mais cedo, acarreta a sua eliminação física, pois a sua presença continuada impede exemplarmente a aceitação de tal “destino” pelos demais, dado que demonstra haver quem não aceite tal sorte, o que implica que é passível de não ser aceite, que é possível não aceitar. Quem assim procede, infelizmente uma minoria, morre depressa, mas morre com a dignidade humana intacta, assim derrotando a grande aposta ideológica nazi.

A sua morte é mesmo um martírio, pois constitui um testemunho do que a verdadeira ontologia humana é e do que é humanamente capaz. Este testemunho, prosopopaicamente – pois já não há quem o pôs –, espera que alguém o tenha contemplado e o siga, desencadeando um movimento que, talvez, um dia, possa derrotar o mal que aniquilou o sujeito do martírio. Por outro lado, se todos forem assim martirizados, não haverá testemunha alguma possível, para além dos satisfeitos algozes, e o nazismo (ou o que pereneamente representa) terá triunfado. O que nunca triunfa, quando uma pessoa morre em nome de isso mesmo que faz de si pessoa, é o sentido racional da bondade que informa a possibilidade humana no que de melhor possui, pois essa morte é a morte desse sentido universal.

A segunda possibilidade de resposta – que é a de Primo Levi e da quase totalidade de seus companheiros de cativeiro e possível aniquilação – é a de aceitação da limitação prática humana que lhes é imposta, imediatamente perdendo o que é especificamente o próprio humano, enquanto propriamente humano: quando se aliena



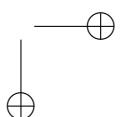
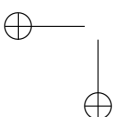


a possibilidade de acção própria, e, com ela, de possível autonomia e de liberdade, aliena-se em tal mesmo acto isso que constitui activamente a personalidade da pessoa. Permanece-se vivo, mas apenas como um animal biológico, ética e politicamente reduzido a uma forma praticamente infra-humana, que é o que quem tal provoca quer. Esta atitude de aceitação entrega a vitória aos perversos e colabora com o mal.

A guarda da vida por troca com a dignidade humana é uma forma de morte e é sempre sobre esta forma de morte que oligarquias e tiranias instalam o seu poder, pois tais formas perversas de domínio político são impossíveis sem a imposição de formas de sub-humanidade aos politicamente dominados. De facto, *o poder humano reside nas pessoas*, em cada uma delas e em todas elas, e o poder de oligarquias e tiranias mais não é do que a parte própria do poder de cada pessoa alienada em favor de oligarcas ou tiranos. *Cada parte de poder alienado por cada pessoa corresponde a um movimento de escravização e de sub-humanização*. A total alienação corresponde à total escravização e desumanização. Este era o grande desiderato político nazi, base sustentatória de todo o esforço de construção de um reino ariano de mil anos, isto é, considerado como eterno.

Numa primeira fase, o poder requerido para tal era retirado aos escravos, usando-os até que se aniquilassem através do mesmo esforço produtivo – findo o qual, ainda se podiam aproveitar os cadáveres para várias utilizações industriais (está documentado) –, até que, numa segunda fase, houvesse já um tal desenvolvimento industrial-mecânico que os senhores da raça reinante já não precisassem de usar tais entidades pseudo-humanas empestantes de seu mundo perfeito.

A terceira é a simples desistência, com a queda imediata na total desumanidade ou terminando imediatamente em suicídio.



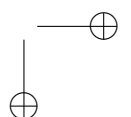
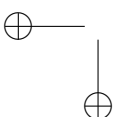


«Arbeit macht frei»

No fim da viagem até ao campo de internamento, narra assim Primo Levi o encontro com o lema que irá marcar ignominiosamente quer a sua estadia quer o futuro de todo o labor humano, pois certas infecções, quando não eliminadas incoativamente não são já historicamente apagáveis ou histórica e humanamente remíveis. Ouçamos as suas palavras: «A viagem não durou mais do que uma vintena de minutos. Depois, o autocarro parou e viu-se uma grande porta, sobre a qual havia um escrito vivamente iluminado (a sua recordação ainda me assalta nos sonhos): ARBEIT MACHT FREI, o trabalho torna livre.»¹⁹

Esta máxima, que geralmente é passível de verdade, pois, por vezes, o trabalho é instrumento de libertação, outras não, assume foros do mais acintoso cinismo quando posta a encimar os portões de certos campos de trabalhos forçados e de extermínio como Auschwitz-Birkenau, onde Primo Levi esteve. Os carrascos sabiam muito bem que a mensagem assim publicitada ao mundo não se dirigia aos escravos encerrados em tais campos, mas aos próprios algozes, pois o trabalho de tais escravos libertava os seus senhores de muito esforço, mormente o trabalho em fábricas anexas a certos

¹⁹ «Il viaggio non durò che una ventina di minuti. Poi l'autocarro si è fermato, e si è vista una grande porta, e sopra una scritta vivamente illuminata (il suo ricordo ancora mi percuote nei sogni): ARBEIT MACHT FREI, il lavoro rende liberi.», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 19 (trad. nossa). Já aqui o poder do marketing é manifesto: vende-se, a quem venha para o campo e a quem veja a porta do campo de fora, uma mentira real, subvertida numa frase que é, muitas vezes, verdadeira, mas que especialmente o não é em Auschwitz. Convém, no entanto, não esquecer que muito do sucesso inicial do movimento nazi se deveu a uma política de marketing de grande qualidade – naquele âmbito próprio que servia – e que se deveu inicialmente ao próprio Hitler (que nunca deixou de supervisionar a sua implementação) e, posteriormente, ao Doutor Goebbels, que soube captar a verdade subjacente ao marketing e que consiste em ignorar a verdade.





campos, como era o caso de Birkenau, onde funcionavam grandes fábricas necessárias ao serviço do esforço de guerra. Primo Levi trabalhou precisamente num departamento de uma dessas fábricas, “instituição” onde foi desempenhando as tarefas que lhe foram sendo impostas.

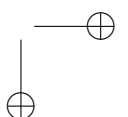
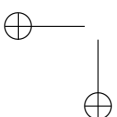
Nestes campos, o trabalho não libertou fosse quem fosse, porque neles não havia propriamente trabalho, mas funções de escravo, o que é radicalmente diferente – trabalho e escravatura coincidem apenas no facto físico da definição mecânica de trabalho como o produto de uma força por um deslocamento. Nestes campos, nem a morte servia de libertação, pois não é humanamente aceitável falar do resultado triunfante dos tiranos como instrumento de libertação. Em Auschwitz, morreu-se sempre humanamente ir-resgatado, escravo, a menos que se tenha morrido a lutar contra os tiranos. Em Auschwitz e em todos os locais que Auschwitz paradigmatisa.

Mansidão ou cobardia?

Depois de chegarem ao campo, tendo descido dos camiões, «fizeram-nos entrar numa sala vasta e fracamente aquecida. Que sede temos! O débil sussuro da água nos irradiadores torna-nos ferozes: há já quatro dias que não bebemos.»²⁰

Há algo de profundamente errado nesta declaração: então o sussurro da água nos irradiadores torna-os ferozes e nada se segue em termos de afirmação dessa mesma dita ferocidade? Esta dita ferocidade não tem qualquer consequência? É uma ferocidade apenas nominal? Nem sequer tem densidade psicológica?

²⁰«Siamo scesi, ci hanno fatto entrare in una camera vasta e nuda, debolmente riscaldata. Che sete abbiamo! Il debole fruscio dell’acqua nei radiatori ci rende feroce: sono quattro giorni che non beviamo» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 19 (trad. nossa).





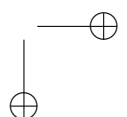
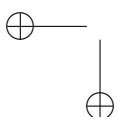
Parece haver, na base de todo este terrível drama trágico humano, uma profunda ausência de realidade: não há, não pode haver ferocidade que o não seja realmente. Se alguém fica feroz e está feroz algo se segue necessariamente a essa mesma ferocidade, ou, então, os termos usados, quando se fala ou pensa, são meras palavras vazias. Mas é esta mesma vacuidade semântica que condena quem a pratica. Condena desumanizando.

É perfeitamente compreensível, de um ponto de vista humildemente humano, de quem não possui estranhas chaves hermenêuticas longinquamente divinas de uma paz celestial mundanamente insultuosa em tais situações, que alguém, perante todo este drama imerecido, fique feroz para com quem tal drama lhe dá a experimentar. Faz parte das possibilidades humanas tal possível ferocidade perante tal tratamento. Esta ferocidade tem uma base biológica fundamental que diz respeito à necessária reacção da vida quando ameaçada, preparando-a para a defesa do único bem que possui, que é: a mesma vida que é.

Esta possível ferocidade é o momento que concomitantemente prepara e desencadeia a força – que não tem de ser violência – necessária para a preservação da mesma vida. Tal ferocidade é um bem e é um bem humanamente insubstituível. Teria sido o bem que teria podido livrar estes condenados à desumanização de cair nessa mesma desumanização.

Mas tal ferocidade nunca existiu verdadeiramente. Era outra qualquer coisa, talvez um sentimento qualquer, talvez de frustração, algo de apenas reactivo, mas sem a actualidade activa necessária para que a ferocidade fosse.

Se a ferocidade fosse, então, Primo Levi e os seus companheiros de infortúnio teriam ferozmente imposto o seu direito a ser e a ser como eram, independentemente de consequências, pois a pior consequência seria a perda de humanidade, processo em que já se encontravam e que sabiam que lhes estava a ser imposto. Foi esta ferocidade que permitiu a Churchill afirmar: «Prosseguiremos



até ao fim. Lutaremos em França, lutaremos nos mares e oceanos, lutaremos com crescente confiança e crescente força no ar; defenderemos a nossa Ilha, qualquer que seja o custo. Lutaremos nas praias, lutaremos nos lugares de desembarque, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas colinas; nunca nos renderemos».²¹

Uma real ferocidade teria implicado uma qualquer prática contra isso e esses que assim os escravizavam, mesmo que tal impli-

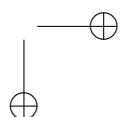
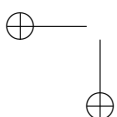
²¹Discurso à Câmara dos Comuns, datado de 04 de Junho de 1940, cuja parte terminal diz assim: «Even though large tracts of Europe and many old and famous States have fallen or may fall into the grip of the Gestapo and all the odious apparatus of Nazi rule, we shall not flag or fail. We shall go on to the end. We shall fight in France, we shall fight in the seas and oceans, we shall fight with growing confidence and growing strength in the air; we shall defend our Island, whatever the costs may be. We shall fight on the beaches, we shall fight on the landing-grounds, we shall fight in the fields and in the streets, we shall fight in the hills; we shall never surrender; and even if, which I do not for a moment believe, this Island or a large part of it were subjugated and starving, then our Empire beyond the seas, armed and guarded by the British Fleet, would carry on the struggle, until, in God's good time, the New World, with all its power and might, steps forth to the rescue and liberation of the Old» (Mesmo que vastas porções da Europa e muitos antigos e famosos Estados tenham caído ou possam cair na garra da Gestapo e de todo o odioso aparato do governo Nazi, não vacilaremos e não falharemos. Prosseguiremos até ao fim. Lutaremos em França, lutaremos nos mares e oceanos, lutaremos com crescente confiança e crescente força no ar; defenderemos a nossa Ilha, qualquer que seja o custo. Lutaremos nas praias, lutaremos nos lugares de desembarque, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas colinas; nunca nos renderemos; e mesmo se, o que eu nem por um momento acredito, esta Ilha ou uma sua grande parte fosse subjugada e submetida à fome, então, o nosso Império para lá dos mares, armado e guardado pela Frota Britânica, prosseguiria a luta, até que, quando aprouver a Deus, o Novo Mundo, com todo o seu poder e grandeza, avance no sentido da salvação e libertação do Velho) (trad. nossa), *The Second World War*, London, Penguin, 1989, p. 274. Este trecho revela bem o que é a ferocidade quando aplicada a uma doutrina de salvaguarda do bem-comum: lutar sem tréguas contra o inimigo que é, por definição, aquele que nos quer aniquilar; contra este, não pode haver senão um combate precisamente feroz. Quanto aos amantes de uma paz a todo o custo, que fazem as delícias dos tiranos, recomendamos que se dediquem a evitar efectivamente a guerra, pois é a única maneira de terem razão.



cassee abreviar a sua vida histórica. Mas tal ferocidade teria permitido manter a sua dignidade e, se fosse esse o resultado final, terminar a sua vida histórica e biológica de uma forma que não desmentisse a sua mesma humanidade. Ao não ser realmente feroz naquele momento e em todos os outros em que os algozes poderiam ser fisicamente alvo de uma qualquer forma de ferocidade, Primo Levi e os seus companheiros demitiram-se da sua mesma dignidade humana.

Pior do que isso, alguns dos camaradas de cativo de Primo Levi acabaram por usar de ferocidade não contra os carcereiros, de quem tinham medo – pense-se no que é ter medo em tais circunstâncias e o que isso implica de perda do sentido a dignidade, com o que tal implica em termos do real triunfo nazi –, mas contra os próprios camaradas, contribuindo, deste modo, para ajudar os nazis a levar a bom termo o seu desígnio. Nada pior do que levar estes seres a virar contra os seus semelhantes a ferocidade que *deveriam pertinentemente usar contra quem assim os degradava*. Mais uma vez fica provado que a colaboração objectiva com o mal é uma forma de mal, talvez ainda pior, porque antinaturalmente desnecessária: se logicamente, o malvado necessita do mal para poder ser como quer, quem não é malvado não tem tal necessidade lógica, pelo que a sua colaboração com o mal é ainda mais grave. O mal nunca triunfa desde que haja alguém que o elimine: a tal ferocidade invocada, se pertinentemente usada pelos milhões de prisioneiros, sistematicamente, teria eliminado em boa parte a possibilidade do mal operada pelos nazis. Assim o pensaram e fizeram os que resistiram activamente, desde os que são tipificáveis pelos judeus revoltosos do gueto de Varsóvia, até aos – alguns tardiamente – alemães que não hesitaram em sacrificar tudo pela aniquilação da besta, até a todos os que ofereceram a mesma vida com o mesmo fito.

A cobarde inacção é a grande responsável e grande culpada





pelo massacre nazi e por todos os que se lhe assemelham perpetrados ao longo da história da humanidade.

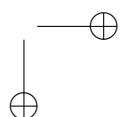
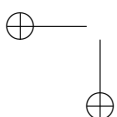
«Não se pode pensar»

O estado de redução humana em que já se encontravam os prisioneiros, nesta primeira fase do cativeiro é de tal modo factor de impotência que Primo Levi diz: «Como pensar? Já não se pode pensar, é como estar já morto».²² Um pouco antes, no início do mesmo parágrafo, tinha afirmado: «Questo è l'inferno» (isto é o inferno). No início do parágrafo seguinte afirmará: «Non siamo morti» (não estamos mortos), afirmação que consubstancia o maior engano e a maior ilusão por que estes seres humanos passaram: de facto, para todos os efeitos, menos os biológicos dos próprios e económicos e políticos dos nazis, estavam mortos, pois quem assim vive assume já não ser propriamente humano, numa assunção que torna irresgatável tudo o que fizer de mal enquanto em tal estado e irrelevante tudo o que fizer de bem, pois todo o bem feito é eliminado pela máquina aniquiladora de bem que é o campo de extermínio.

É isto o inferno: não o sofrimento, que pode ter um qualquer sentido e até um termo, mais ou menos próximo, mas a *ausência da possibilidade de frutificação última do bem feito*, pois nenhum bem ecoa fora do inferno. Perceba-se que, se algum bem foi possível neste inferno humano e foi capaz de o transcender²³ tal deveu-se a algo que não esteve previsto: a sobrevivência de alguns dos prisioneiros. Mas esta sobrevivência era, à partida, para os car-

²²«Come pensare? Non si può piú pensare, è come essere già morti.» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 19 (trad. S. C. N.).

²³Aqui, o inferno não é propriamente transcendido, mas anulado pelo acto de sobrevivência: sobreviver ao inferno é anular o inferno.





rascos, impensável, tal como previsto por Herr Hitler nas teses de supremacia unívoca da gente ariana no mundo.

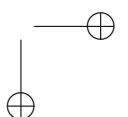
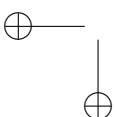
À partida, quem entrava num destes campos não iria ter outra saída que não fosse, como cinicamente assumido por alguns dos algozes, «pela chaminé». Segundo este ponto de vista, que dominou, de facto, de nada servia fazer o bem ali, pois ele nunca teria efeito algum fora do campo e *do campo nada sobreviveria*. Não se trata de qualquer especulação de nossa parte, pois tal verificou-se factualmente em Treblinka, campo montado para matar um determinado número de indesejados, que cumpriu esse desiderato, tendo sido prontamente apagado da face da Terra, dele quase nada restando, mesmo depois de todo um trabalho de (impossível) reconstituição histórica.

Que bem próprio dos assassinados em Treblinka transcendeu o inferno de Treblinka?

Humanamente considerado, nenhum. Todos os actos de bem realizados por aqueles desgraçados foram com eles aniquilados e apenas uma remissão – que não é universalmente aceite – para uma divina providência, atenta, mas não interveniente, em conjunto com a crença – que também não é universalmente aceite – numa outra forma de vida trans-histórica subsequente à mesma vida histórica impede de considerar como totalmente eliminada qualquer possibilidade de perenidade do bem feito em Treblinka por aqueles que aí foram chacinados.

De um ponto de vista estritamente humano, desse mesmo bem nada sobreviveu, nada foi possível sobreviver, pois aí o trabalho de aniquilação previsto e ordenado por Herr Hitler foi consumado.

Ora, tal só poderia ter sido evitado, dada a falta de intervenção de socorro por parte de terceiros, se, com a mesma capacidade que foi usada para pensar que não era possível pensar, se tivesse pensado em *agir de modo a morrer com dignidade*, ajudando os outros inocentes e todos os que lutavam contra o nazismo, precisamente lutando *também* contra os nazis que ali estavam: cada nazi elimi-





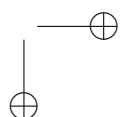
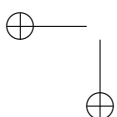
nado, cada momento perdido pelos nazis, cada caloria de energia por eles dispendida nessa luta seria um bem feito que transcenderia o campo, pois toda a força nazi aniquilada não sairia dali, quer dizer, toda a diminuição do poder nazi ali operado seria um bem feito a todos os que esse mesmo poder nazi iria ainda enfrentar.

Tal não foi feito e, enquanto há humanidade, nada justifica que quem ainda pensa possa afirmar que não pode pensar em fazer algo mais do que dizer que não pode pensar: será que não podia pensar em tentar aniquilar uma daquelas bestas, evitando que a sua continuidade existencial pudesse ir afectar outros inocentes? Não é simplesmente crível.²⁴

Há que perceber que se todos os prisioneiros tivesse tentado eliminar os seus algozes a vida dos nazis teria sido muito mais difícil, pois, como se veio a verificar, matar tanta gente tão depressa era algo de manifestamente impossível, mesmo com meios industriais, precisamente criados no campo pioneiro de Auschwitz: com meios convencionais, muito teriam os nazis penado para se verem livres de indesejados determinados em vender cara a sua vida, lutando agonicamente contra os seus promitentes assassinos.

No mesmo capítulo, «Sul fondo», podemos encontrar um conjunto de relevantíssimas afirmações acerca da condição humana, não apenas destes prisioneiros ou de outros quaisquer prisioneiros, mas da própria humanidade, quando não considerada em sua es-

²⁴Já vimos o que valem as desculpas pseudo-irenistas. Mas e se a razão for algo de tipo perceptivo? No fundo, a percepção da realidade havida não permitia compreender que as bestas nazis eram o que eram e que, sendo como eram, o melhor seria perder a vida tentando eliminá-las, não como forma egoísta de afirmação pessoal própria, mas como oblação pelo bem-comum, pelo bem de uma qualquer possível futura vítima? Mas é a clareza, lucidez e acribia do mesmo relato de Levi que desmente tal possibilidade. Tal inteligência deveria ter sido utilizada para lutar contra a besta, não apenas para fazer uma observação da miséria envolvente: de que serve uma inteligência posta ao serviço da cobardia? De que serve a sobrevivência de uma tal inteligência, que acabou colaborando com a besta? Tal aplica-se não apenas a Levi, mas a todos os que aplicam a inteligência que são ao serviço de bens menores.



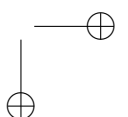
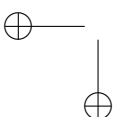


sência e substância. São elas: «[...] chegámos ao fundo, mais para baixo do que isto não se pode ir: não há nem se pode imaginar condição humana mais miserável. Já nada nos pertence [...]. Tirar-nos-ão também o nome: se quisermos conservá-lo, teremos de encontrar dentro de nós a força para o fazer, fazer com que, por trás do nome, algo de nós, de nós tal como éramos, ainda sobreviva. [...] Imagine-se agora um homem ao qual, juntamente com as pessoas amadas, tiram a casa, os hábitos [...], acontece facilmente a quem tudo perdeu, perder-se a si próprio; [...]».²⁵

De tudo o que ficou anteriormente dito, podemos facilmente perceber que o segredo do triunfo nazi, a nível da submissão dos promitentes escravos por si designados, reside na redução destes a algo que pudesse coincidir factualmente com a designação ontológica ideologicamente formulada por Herr Hitler e consubstanciada na fórmula de «sub-humanidade». Tudo o mais dependeu desta redução. Onde ela não foi implementada ou não foi aceite, ainda que efemeramente, a facticidade da sub-humanidade não se instalou e, assim, o nazismo redutor da humanidade não triunfou.

Mas esta estratégia ontologicamente redutora da mesma humanidade própria do ser humano não é apanágio nazi, nem sequer é sua criação, mas apenas uma formulação moderna e germanizada – poderia ter surgido num outro qualquer lugar – de uma fórmula política de obtenção de poder possivelmente tão antiga quanto a mesma humanidade, coisa política por essência e substância.

²⁵«[...] siamo arrivati al fondo. Più giù di così non si può andare: condizione umana più misera non c'è, e non è pensabile. Nulla più è nostro [...]. Ci toglieranno anche il nome: e se vorremo conservarlo, dovremo trovare in noi la forza di farlo, di fare sí che dietro al nome, qualcosa ancora di noi, di noi qual eravamo, rimanga. [...] Si immagini ora un uomo a cui, insieme con le persone amate, vengano tolti la sua casa, le sue abitudini, [...] poiché accade facilmente, a chi ha perso tutto, di perdere se stesso; [...]», «LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 23 (trad. S. C. N.).



Viagem e traição

No primeiro capítulo da obra, narra Primo Levi a sua captura, o internamento em campo de prisioneiros-concentração em Itália e a sua viagem para Auschwitz. Embora longe de ser dos mais dramáticos, este capítulo encerra um número de informações sobre as quais vale a pena meditar, pois são esclarecedoras, do ponto de vista estrutural, relativamente ao que esteve em causa na Segunda Grande Guerra Mundial, particularmente no que ao domínio dos campos de prisioneiros, “trabalho” e extermínio diz respeito, sobretudo em termos da questão das responsabilidades gerais e particulares pelo que aconteceu.

Nada mais esclarecedor do que a primeira frase: «Fui capturado pela Milícia fascista a 13 de Dezembro de 1943.»²⁶ Esta captura ocorreu numa fase já bastante avançada da guerra, que tinha começado em 1 de Setembro de 1939, há já mais de quatro anos, dos quais os três primeiros tinham correspondido a uma fase de supremacia das potências do Eixo, chefiadas pela Alemanha, na Europa e em África e Próximo Oriente, e pelo Japão, no Extremo Oriente. No final de 1943, já se sentia o avolumar da tendência vitoriosa dos Aliados, com a conseqüente derrota anunciada das potências do Eixo. Parte da própria Itália já tinha sido liberta da ocupação alemã. É neste cenário que pessoas italianas – note-se que não são alemães que capturam Primo Levi, mas *italianos colaboracionistas com o ocupante* – capturam outras pessoas italianas, que, mais tarde, serão entregues ao ocupante para exploração e assassinato. Todos os que colaboravam neste processo sabiam o que faziam e para o que trabalhavam.

Ponto fundamental a salientar aqui, imediatamente, é o facto de não interessar se os capturados eram judeus ou não-judeus, mas que eram italianos e que foram capturados por italianos. Tal rela-

²⁶«Ero stato catturato dalla Milizia fascista il 13 dicembre 1943.», «LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 11 (trad. S. C. N.).



tiviza muito o sentido habitual de solidariedade dentro do que se convencionou chamar de «povo», conferindo a tal agregado uma unidade ontológica que não possui. Este povo não existe como tal. A prova é que parte dele não se importa de reduzir uma outra parte a algo de dispensável e de alienável, traiçoeiramente, a uma potência estrangeira.

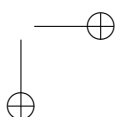
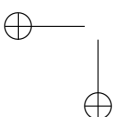
Esta história começa por uma traição dentro de um povo e tal deve ser manifestado. É esta traição que está na base desta história: sem ela, não haveria este livro. Tal quer dizer que há uma parte do tal “povo” italiano que é responsável pela sorte de pessoas como Primo Levi. Esta responsabilidade não é coisa fundamentalmente jurídica, é coisa fundamentalmente ética, política e, em última análise, ontológica, pois põe em causa o ser desses que foram entregues a um inimigo impiedoso e que se sabia ser impiedoso.

Aliás, mais à frente, quando descreve as razões pelas quais as pessoas se encontravam no campo de Fossoli, «perto de Módena»,²⁷ Primo Levi fala de «delação».²⁸ A responsabilidade pela presença destas pessoas neste campo, como em muitos outros campos, em muitos outros sítios, pela sua escravização e pela sua morte, na grande maioria dos casos,²⁹ é destes delatores, independen-

²⁷ «[...] inviato a Fossoli, presso Modena [...]», «LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 12 (trad. S. C. N.).

²⁸ «LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 12 (trad. S. C. N.).

²⁹ Exemplarmente, como o próprio Levi diz, ainda neste capítulo, «Fra le quarantacinque persone del mio vagone, quattro soltanto hanno rivisto le loro case; e fu di gran lunga il vagone piú fortunato.», «Entre as quarenta e cinco pessoas do meu vagão, só quatro voltaram a ver a suas casas; e foi de longe o vagão que teve mais sorte.», «LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 1523 (trad. S. C. N.). Esta triste sorte multiplicou-se por milhares de vezes, ao longo das terras europeias ocupadas pelos nazis, onde a «solução final para o problema judaico» foi sendo, cada vez mais eficazmente implementada, com a colaboração de não-alemães. *Todos são responsáveis pelo massacre*. Apenas alguns foram efectivamente responsabilizados. Pouquíssimos o foram, na medida em





temente de quaisquer possíveis desculpas – pseudo-razões – que se possam aduzir para procurar explicar tais actos.

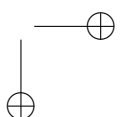
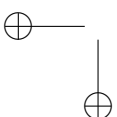
Auschwitz é aqui, na Terra

«Souberamos, com alívio, do nosso destino. Auschwitz: um nome sem qualquer significado, naquela altura e para nós; mas certamente devia corresponder a um lugar desta Terra».³⁰ Estas poucas palavras encerram em si duas fortes indicações semânticas que condicionam todo o desenvolvimento da posterior história de Primo Levi. Em primeiro lugar o aludido alívio experimentado ao ouvir um nome, com a vã certeza psicológica segundo a qual a um nome corresponde sempre um qualquer bem, certeza que radica no momento bíblico fundamental em que Deus manda Adão nomear os entes criados por Deus.

Ora, reside numa má interpretação desta cena bíblica um dos fundamentais erros psicológicos da humanidade, o pensar que a nomeação corresponde *necessariamente* a algo mais do que à atribuição de um som humanamente articulado a algo. Pode corres-

que deveriam ter sido todos, como forma de marcar indelevelmente na memória dos que assim agem que há certas coisas que não devem mesmo ser feitas, sob pena de grande punição: aqueles que não necessitam de punição são aqueles que nunca provocam isso que levaria a que fossem punidos. A inimizabilidade destes assassinos directos e indirectos ajudou a *desvalorizar ontologicamente a entidade dos sacrificados* e deu um exemplo de como é permissível eliminar seres humanos inocentes sem que isso tenha graves consequências para quem o faz. Este é um dos maiores e mais perigosos triunfos do nazismo, que tem vindo a frutificar até aos dias de hoje, estando talvez pronto para dar uma colheita mais abundante.

³⁰«Avevamo appreso con sollievo la nostra destinazione. Auschwitz: un nome privo di significato, allora e per noi; ma doveva pur corrispondere a un luogo di questa terra.», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 15 (trad. S. C. N.).



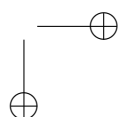
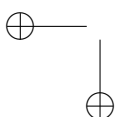


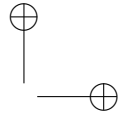
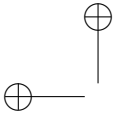
ponder a algo de mais ou não. Mas nunca corresponde a algo como a criação de sentido, que não depende do nome, mas da substância da relação entre o ser humano e a coisa nomeada, que, por sua vez, depende quer da substância da coisa nomeada quer do ser humano nomeante. Assim, um ente nomeável sem grande substância ontológica não passa a ter mais ou menos substância ontológica por ser nomeado. A nomeação lança-o no mundo da linguagem, mundo insubstante em si mesmo, sem a necessária referência à substantiva ontologia do que é dito. O dizer pode não ser mais do que uma voz que a si mesma se diz, e mais nada.

Mas, pior ainda, é quando a ausência de substância reside no lado do nomeador (problema que obceca a filosofia platónica): se o nomeador for ontologicamente capaz de nomear propriamente isso com a ontologia do qual se relaciona, então, teremos uma boa atribuição do nome, isto é, a ontologia da coisa será adequadamente passada à linguagem, dita: é o caso e papel do sábio, ex-filósofo já transformado pela dura aprendizagem do contacto com o real sem juízos de valor, mas com intuição ontológica da sua mesma essência e substância.

Mas se tal não suceder, então a nomeação resultante será sempre imprópria. Se for uma besta a designar o nome da coisa, teremos uma coisa designada por uma besta. É o grande perigo. É o paradigma do que sucede quer no caso adâmico quer no mito paralelo de Epimeteu. O nome (ou a função, o que interessa é a sua representação política dada na linguagem pela atribuição do nome ou na pragmática pela atribuição da função) não é confundível com o ser que designa.

Ora, o que sucede não apenas com os atribuidores de nomes nazis, mas com todos os que têm poder para tal sem terem capacidade ontológica para tal, é que a atribuição do nome corresponde, assim, a um logro para os demais, para os que recebem o nome das





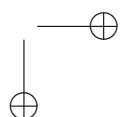
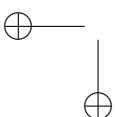
coisas já atribuído, sem capacidade imediata para verificar a sua bondade onto-designativa.³¹

Assim, um nome, o facto de algo possuir um nome parece poder outorgar a algo o tal estatuto de confiabilidade que falsamente dá esperença a Primo Levi e companheiros: tem nome, existe, logo, não pode ser totalmente mau. Auschwitz, nome de coisa, de lugar, manifesta, de algum modo, uma forma de ser e, como tal, tem de manifestar alguma forma de bondade, pois, assim ensinou a tradição ocidental, a um qualquer ser corresponde sempre uma qualquer quantidade de bem...

Mas, no caso em que a nomeação depende das bestas, o nome – que, em si, só porque é é um bem – pode ser apenas uma forma de designação de um mal total. Ora, Auschwitz, e tudo o que se lhe assemelha, é um mal total. Apenas a parcialidade instrumental quando inútil para o mal pode ser considerada boa. Por exemplo, um tijolo de um forno crematório é um bem. O próprio forno, como isso que é, é um bem, etc. Já a sua utilização pode ser um mal. Se, por absurdo, tais fornos nunca tivessem sido utilizados para queimar os cadáveres dos imolados de forma vária nos campos, mas para cozer pão, a sua bondade funcional seria óbvia.

Mas, considerados na sua função real de serviço à solução final, todos estes instrumentos são maculados pela mesma função maligna e o conjunto total, se bem que não seja um sujeito ético e não possa ser considerado propriamente mau, serviu o mal dos sujeitos éticos

³¹Todo o processo pedagógico pode ser entendido, desta forma, como uma novíssima nomeação das coisas por parte de cada incoativa pessoa. Ora, o que se passa, com a pressa de escravizar funcionalmente as mesmas pessoas, é que este processo onto-poiético não é permitido, obrigando as pessoas a receber os nomes já feitos e gastos, impedindo a verdadeira inovação e descoberta, matando a capacidade de inteligência descobridora da diferença: para o mundo dos velhos nomes, tudo é o mesmo, nada de novo há debaixo do sol... Esta é a forma mais bem conseguida de assassinato da humanidade do ser humano, pois faz com que cada pessoa nasça já nado-morto do ponto de vista da relação fundamental com o real.



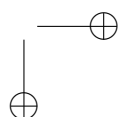
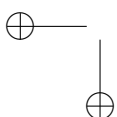


que o criaram e o usaram. É neste sentido, em que o instrumental é subsumido pelo actual, pelo praxiológico, que Auschwitz é por nós considerado como «mau», como símbolo de mal e do mal.

Se se quiser, metaforicamente, Auschwitz é o nome próprio dos seres humanos que nele operaram o mal que tal nome invoca e simboliza: dizer Auschwitz é dizer o nome comum dos assassinos nazis que aí perpetraram a eliminação de um incontável número de seres humanos inocentes. E o que está precisamente em causa neste mal humanamente irremível é precisamente a inocência dos assassinados, inocentes de tudo menos de existirem segundo uma forma humana abominada por Herr Hitler e seus sequazes. A abominação do nazismo reside na abominação deste pela diferença ontológica por si eleita para ser odiada. O nazismo levou ao extremo a bestialidade do capricho ontológico. Por tal, pelo perigo incontável que tal representa, deveria ter sido radicalmente eliminado, o que não sucedeu, com possíveis e anunciadas repercussões futuras talvez ainda mais danosas do que as havidas nisso que Auschwitz representa.

E o perigo reside precisamente em que Auschwitz não é um lugar utópico, mas fica «nesta terra». A possibilidade do mal é a mesma que a possibilidade do bem: à partida, é possível uma infinidade de bem, pelo que, também à partida, é possível uma infinidade de não-bem. Em termos éticos e políticos, único *topos* possível para o bem e o mal, por cada possível acto de bondade é possível o correspondente, se bem que contraditório, acto de mal. Assim, para cada um dos infinitos actos de bem que me são possíveis, à partida, são-me possíveis, um a um, infinitamente, infinitos actos de mal.

Não se percebe, então, a razão pela qual se pensa que ou não são possíveis ou não são prováveis lugares – de facto, actos – como Auschwitz. Claro que são, basta que alguém se abalance a realizá-los. Foi o que Herr Hitler fez. Tão simples como isto. Independentemente de condicionalismos positivos, que soube aproveitar,



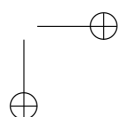
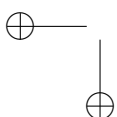
e negativos, que soube contornar, Herr Hitler montou o sistema que genericamente anunciara em *Mein Kampf*, tendo tido, para tal, a colaboração não apenas dos seus colegas dirigentes políticos alemães e estrangeiros, mas também de seu povo, em quase totalidade, mas também de todos os que pensavam que algo como Auschwitz não era possível ou era improvável.

Auschwitz é apenas um nome para designar isso a que a besta nazi se propunha, desde o início da década de vinte do século XX, e que fez o especial favor de anunciar: bastava ter, como Churchill fez, lido³² a obra em que tal fito era anunciado e tê-la levado a

³²A diferença de atitude e de interpretação por parte de Churchill é manifesta e torna humanamente indesculpável a atitude e a interpretação de quem poderia ter travado Herr Hitler a tempo e não o fez, independentemente das suas intenções, pois o bem das pessoas não pode depender da debilidade psicológica e ética de quem governa: «The main thesis of *Mein Kampf* is simple. Man is a fighting animal; therefore the nation, being a community of fighters, is a fighting unit. Any living organism which ceases to fight for its existence is doomed to extinction. A country or race which ceases to fight is equally doomed. The fighting capacity of a race depends on its purity. Hence the need for ridding it of foreign defilements. The Jewish race, owing to its universality, is of necessity pacifist and internationalist. Pacifism is the deadliest sin, for it means the surrender of the race in the fight for existence. The first duty of every country is therefore to nationalise the masses. Intelligence in the case of the individual is not of first importance; will and determination are the prime qualities. The individual who is born to command is more valuable than the countless thousands of subordinate natures. Only brute force can ensure the survival of the race; hence the necessity for military forms. The race must fight; a race that rests must rust and perish. Had the German race been united in good time it would have been already master of the globe. The new Reich must gather within its fold all the scattered German elements in Europe. A race which has suffered defeat can be rescued by restoring its self-confidence. Above all things the Army must be taught to believe in its own invincibility. To restore the German nation the people must be convinced that the recovery of freedom by force of arms is possible. The aristocratic principle is fundamentally sound. Intellectualism is undesirable. The ultimate aim of education is to produce a German who can be converted with the minimum training into a soldier. The greatest upheavals in history would have been unthinkable had it not been for the driving force of fanatical and hys-



terical passions. Nothing could have been effected by the bourgeois virtues of peace and order. The world is now moving towards such an upheaval, and the new German State must see to it that the race is ready for the last and greatest decisions on this earth. Foreign policy may be unscrupulous. It is not the task of diplomacy to allow a nation to founder heroically, but rather to see that it can prosper and survive. England and Italy are the only two possible allies for Germany. No country will enter into an alliance with a cowardly pacifist State run by democrats and Marxists. So long as Germany does not fend for herself, nobody will fend for her. Her lost provinces cannot be regained by solemn appeals to Heaven or by pious hopes in the League of Nations, but only by force of arms. Germany must not repeat the mistake of fighting all her enemies at once. She must single out the most dangerous and attack him with all her forces. The world will only cease to be anti-German when Germany recovers equality of rights and resumes her place in the sun. There must be no sentimentality about Germany's foreign policy. To attack France for purely sentimental reasons would be foolish. What Germany needs is increase of territory in Europe. Germany's pre-war colonial policy was a mistake and should be abandoned. Germany must look for expansion to Russia, and especially to the Baltic States. No alliance with Russia can be tolerated. To wage war together with Russia against the West would be criminal, for the aim of the Soviets is the triumph of international Judaism. Such were the "granite pillars" of his policy» (A tese principal de *Mein Kampf* é simples. O homem é um animal lutador; assim sendo, a nação, sendo uma comunidade de lutadores, é uma unidade de combate. Qualquer organismo vivo que cesse de lutar pela sua existência está condenado à extinção. País ou nação que cessem de lutar estão igualmente condenados. A capacidade de luta de uma raça depende da sua pureza. Daqui, a necessidade de a libertar de conspirações vindas do exterior. A raça judaica, devido à sua universalidade, é, por necessidade, pacifista e internacionalista. O pacifismo é o mais mortal dos pecados, pois significa a rendição da raça na luta pela existência. O primeiro dever de qualquer país é, assim, o de nacionalizar as massas. A inteligência, no caso do indivíduo, não é de primeira importância; vontade e determinação são as qualidades principais. O indivíduo que nasceu para comandar é mais valioso do que os incontáveis milhares de naturezas subordinadas. Apenas a força bruta pode assegurar a sobrevivência da raça; daqui, a necessidade de uma matriz militar. A raça deve lutar; uma raça inactiva deve enferrujar e perecer. Se a raça Alemã tivesse estado unida em devido tempo, já seria senhora do globo. O novo Reich deve recolher no seu seio todos os elementos Alemães dispersos pela Europa. Uma raça que sofreu a derrota pode ser salva através da restauração da sua confiança em si própria. Acima de todas as coisas, o Exército deve ser ensinado a acreditar na sua mesma invencibilidade. Para restaurar a nação Alemã,



sério, como Churchill fez, para se ter evitado que houvesse um Auschwitz «nesta terra». Mas parece que o mal quando ameaça é sempre visto como dirigido à terra dos outros, nunca à nossa. A falsa esperança dos cobardes é sempre um mau substituto da coragem dos que percebem o mal nascente e procuram eliminá-lo o mais cedo possível, único modo de fazer de um possível mal

o povo deve estar convencido de que a recuperação da liberdade pela força das armas é possível. O princípio aristocrático é fundamentalmente correcto. O intelectualismo é indesejável. O fim último da educação consiste em produzir um Alemão que possa ser convertido, com um mínimo de treino, num soldado. As grandes sublevações na história teriam sido impensáveis não fora a força motriz das paixões fanáticas e históricas. Nada poderia ter sido efectuado pelas virtudes burguesas de paz e ordem. O mundo está presentemente a mover-se no sentido de uma tal sublevação, e o novo Estado Alemão deve proceder de modo a que a sua raça esteja pronta para as derradeiras e mais grandiosas decisões sobre esta terra. A política externa deve ser totalmente sem escrúpulos. Não é tarefa da diplomacia permitir que uma nação se afunde heroicamente, mas, antes, proporcionar que possa prosperar e sobreviver. A Inglaterra e a Itália são os dois únicos aliados possíveis para a Alemanha. Nenhum país entra para uma aliança com um Estado cobardemente pacifista, dirigido por democratas e Marxistas. Se a Alemanha não esgrimir em seu próprio benefício, ninguém o fará por ela. As suas províncias perdidas não podem ser recuperadas por meio de solenes apelos ao Céu ou de piedosas esperanças postas na Liga das Nações, mas apenas através da força das armas. A Alemanha não deve repetir o erro de lutar contra todos os seus inimigos ao mesmo tempo. Deve isolar o mais perigoso e atacá-lo com todas as suas forças. O mundo só deixará de ser anti-Alemão quando a Alemanha recuperar a igualdade de direitos e retomar o seu lugar ao sol. Não deve haver qualquer sentimentalismo relativamente à política externa da Alemanha. Atacar a França por causa de razões puramente sentimentais seria uma tolice. Do que a Alemanha precisa é de um aumento de território na Europa. A política colonial anterior à guerra foi um erro e deve ser abandonada. A Alemanha deve procurar expandir-se para a Rússia, especialmente para os Estados Bálticos. Nenhuma aliança com a Rússia pode ser tolerada. Travar guerra em conjunto com a Rússia contra o Ocidente seria criminoso, pois o objectivo dos Soviéticos é o triunfo do Judaísmo internacional. Tais eram os “pilares de granito” da sua política». CURCHILL Winston S., *The Second World War*, vol. II, Boston, Houghton Mifflin Company, s. d., pp. 50-51, trad. nossa).



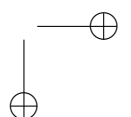
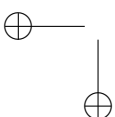
maior um real mal menor, assim tornado maior bem humanamente possível.

Terrivelmente, esta mesma rara lucidez perante a ameaça do mal acaba por ser tragicamente ilustrada e, assim, confirmada, nas consequências da sua ausência comum, por observações dramáticas de Primo Levi, como a que seguidamente transcrevemos: «Assim morreu Emília, que tinha três anos; porque aos alemães parecia evidente a necessidade histórica de matar os filhos dos Judeus.»³³

Foram vários os milhões de Emílias assassinadas variegadamente pelos senhores do Eixo e pelos seus émulos noutras partes, União Soviética incluída (não esquecer que, até à invasão da URSS pelas tropas nazis, houve um tratado de cooperação entre Hitler e Stalin, o famigerado Tratado Molotov-Ribbentrop, no âmbito do qual o aliado soviético da Alemanha nazi se esforçou por agradar ao cabo Adolfo, apenas tendo mudado de rumo, ainda incrédulo, quando as tropas europeias do Eixo avançavam já pelas estepes russas, rumo ao objectivo central, Moscovo).

Estes milhões de vítimas perfeitamente inocentes teriam sido evitados se alguém tivesse tido a coragem e a mínima humana decência de ter travado o nazismo algures durante os anos de 1933 a 1938, em que a máquina militar alemã era ainda relativamente fraca quando comparada com, por exemplo, a muito mais pesada e mais copiosamente armada máquina francesa. No total, mesmo com uma Grã-Bretanha auto-inferiorizada militarmente, os alia-

³³O texto continua assim: «Emília, filha do engenheiro Aldo Levi de Milão, que era uma criança curiosa, ambiciosa, alegre e inteligente.», «Cosí morí Emilia, che aveva tre anni; poiché ai tedeschi appariva palese la necessità storica di mettere a morte i bambini degli ebrei. Emilia, figlia dell'ingegner Aldo Levi di Milano, che era una bambina curiosa, ambiziosa, allegra e intelligente.», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 17 (trad. S. C. N.). De facto, diga-se o que se disser, depois de todos os alertas feitos publicamente por Churchill, mormente em sede parlamentar britânica, sobre o que Herr Hitler se propunha fazer ao mundo, o sangue de todas as Emílias permanece até à eternidade nas mãos de quem podia ter travado o monstro tonitruante e não o fez.





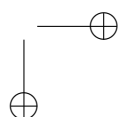
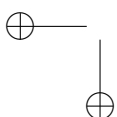
dos democráticos possuíam, nestes anos, uma superioridade esmagadora relativamente à Alemanha, que teria permitido, se bem usada, à pequena Emília ter futuro, quando, um pouco de tempo depois, viesse a nascer. A ausência de futuro de Emília deve-se mais à cobardia de Franceses, Britânicos e demais aliados do que à estupidez malévola de Herr Hitler, pois este fez precisamente o que lhe permitiram.

Aniquilado em 1933, 1934, 1935, 1936, 1937 ou 1938, não poderia ter feito o que fez de 1939 a 1945... Mas o mundo e os amantes da dramaticidade do sofrimento alheio teriam perdido um magnífico espectáculo de sangue e perversidade, tão do agrado de edipianos impotentes, incapazes de matar o próprio pai, mas sempre hábeis para violar as mães dos outros, as filhas dos outros, os filhos dos outros, depois de lhes terem morto os respectivos pais.

«O meu nome é 174 517»³⁴

Esta dolorosa redução simbólica do nome próprio a um sempre anónimo número é reveladora do processo de desumanização utilizado neste tipo de instituições que vivem precisamente da mesma desumanização e que sem ela não podem sobreviver. Esta redução não é singular dos campos de concentração, nazis ou outros, mas também de, por exemplo, prisões comuns ou instalações militares, em que se busca não o serviço do ser humano, mas a sua mera funcionalização relativamente a um qualquer fim. Trata-se de um processo muito eficaz de controlo político, em que, sabendo a tirania

³⁴ «Il mio nome è 174 517; siamo stati battezzati, porteremo finché vivremo il marchio tatuato sul braccio sinistro», «O meu nome é 174 517; fomos baptizados, traremos enquanto vivermos a marca tatuada sobre o braço esquerdo», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 23 (trad. nossa). É claro que seria sempre possível arrancar o número do braço, pagando um alto preço por isso, mas que não seria o preço de uma inumanidade aceite.





ou oligarquia no poder do perigo que pode constituir a permanência do sentido ontológico da pessoa que a posse de um nome humano implica, este é retirado, como primeiro passo para a redução ontológica da mesma pessoa, que passa de uma entidade ontologicamente humana, tão humana como o tirano ou qualquer membro da oligarquia, a um ente sub-humano, um pária, um intocável, um indesejado.

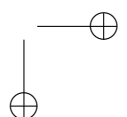
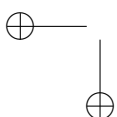
O processo é sempre o mesmo em sua mesma essência: retira-se a classificação ontológica humana a um ser humano, valorizando-se esse mesmo ser humano doravante como bicho ou como coisa – nada mais próprio de uma coisa ou de um bicho insignificante do que a atribuição classificatória nominal de um número. Repare-se que, se houver uma mascote no campo ou instalação outra em que tal forma deletéria da humanidade seja praticada, provavelmente terá um nome, talvez até humano, ao passo que o prisioneiro terá apenas e sempre um número.

O preso é então, como nos reporta Primo Levi, relativamente ao seu caso, algo como um *Häftling*: «aprendi que sou um *Häftling*, o meu nome é 174 517». ³⁵ É porque é um *Häftling* que tem um tal novo nome. A relação vai do estatuto ontológico para o nome, não do nome para o estatuto ontológico, como, aliás, sempre sucede.

A marcação do novo nome, que se interioriza na pele e é dentro da normalidade cósmica do campo indelével – quer dizer, o campo marca uma nova cosmicidade, que permanecerá enquanto houver campo ou nele se permanecer –, ³⁶ funciona, pelo menos na

³⁵LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 23 (trad. nossa).

³⁶É longa e indecida a polémica acerca do uso de meios militares dos aliados com a finalidade de ajudar a libertar os prisioneiros dos campos já detectados, nomeadamente através do bombardeamento das cercas – tanto quanto era possível na altura, em que a exactidão era muito difícil de obter – permitindo a fuga de pelo menos alguns mais capazes ou audaciosos. Quem se opôs a esta tentativa invocou, e bem, a possibilidade da efectivação de baixas entre os próprios prisioneiros, dada a incipiente capacidade de precisão da arma de bombardeamento



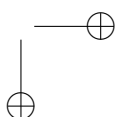
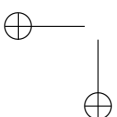


percepção que Primo Levi tem, como a forma da primeira grande iniciação a esta mesma nova ordem cósmica.³⁷

Note-se que este procedimento só se diferencia fundamentalmente de outros por que passamos nas nossas comuns vidas porque é ministrado de uma forma acintosamente desumanizante. Mas sempre que se substitui a nossa personalidade própria por uma qualquer forma representativa inferior – cartões disto ou daquilo, autorizações para isto ou aquilo –, independentemente das razões ou desculpas invocadas, acontece uma forma de redução política da nossa humanidade que implica sempre uma prévia qualquer forma de redução ontológica: se precisas do cartão é porque a tua ontologia faz de ti alguém em quem não se pode confiar. Não é por estes sistemas redutores serem comuns e passarem despercebidos que deixam de ser o que são: redutores. Ora, de uma primeira aparentemente fraca e inocente redução a uma forte e já nada inocente não

das forças aéreas, bem como o nível de incerteza relativo ao destino que os que fugissem encontrariam, no meio de gentes estranhas e muitas vezes hostis. Outro argumento importante dizia respeito à escassez de meios e ao facto de estes bombardeamentos não serem estrategicamente relevantes, comparativamente, sendo o melhor meio de libertação o fim abreviado da guerra. No entanto, a tentativa poderia ter sido ensaiada numa escala suficiente para se procurar perceber da sua possível bondade. Mesmo tudo correndo mal, os prisioneiros receberiam a hipótese de morrer como pessoas e não como bichos ou coisas. Por outro lado, a maior quantidade relativa de mortes nestes campos verificou-se precisamente na última parte da guerra, em que os nazis quiseram rapidamente terminar o trabalho de limpeza dos indesejados a que se tinham dedicado mais lentamente desde o início das ocupações territoriais: agora, que já não poderiam usar os sobreviventes como mão-de-obra, mais valia exterminá-los, no que seria uma vitória incontestada e incontestável. Tiveram razão: foi uma terrível vitória para Herr Hitler a matança que os seus sequazes conseguiram operar em tão pouco tempo.

³⁷ «Pare que questa sia l’iniziazione vera e propria: solo “mostrando il numero” si riceve il pane e la zuppa.», «Parece que esta é a própria e verdadeira iniciação: apenas “mostrando o número” se recebe o pão e a sopa», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 24 (trad. nossa).





há uma diferença de natureza, apenas de grau: o ser humano nunca deveria ser ontologicamente reduzido.

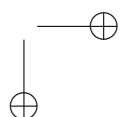
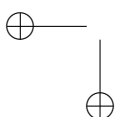
«Hier ist kein warum»

A questão do «*warum*»,³⁸ do «*porquê*» é posta por Primo Levi a um seu companheiro a propósito de um roubo de um pedaço de gelo que tinha apanhado com o fim de matar a sua infindável sede. Mas esta pergunta sobre o *porquê* é transcendental a toda esta história e a todo o drama desta matança. Mas não é exclusivo delas: toda a história da tirania e das formas que para ela tendem – todas formas oligárquicas, mais ou menos bem disfarçadas – implica a questão sobre o *porquê* do mal.

Não estamos a falar das equívocas noções de mal físico ou de mal metafísico – falsamente analogadas a partir do incomparável mal moral –, mas precisamente da questão do mal moral e da sua extensão na forma de mal político. Não podemos confundir a inconformidade estrutural do mundo com o bel-prazer de certos seres humanos, a que se chama de mal metafísico, ou a eventualidade e factualidade de acontecimentos prejudiciais aos seres humanos, a que se chama mal físico, com isso que sucede quando um ser humano resolve diminuir ontologicamente um outro qualquer ser, mormente outro ser humano: e é este o mal moral, sempre extensivamente político quando há um terceiro em causa.

Ora, é este mal que aqui está em causa. Nestes campos há um *porquê* e há uma verdade ética e política: é o *porquê* do mal e é a verdade, a nova verdade de um novo sistema ontológico, onto-cosmológico, onto-cosmológico-político, o estabelecido pelo *Reich dos mil anos*.

³⁸LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 25.





A sobrevivência como acto ético e político

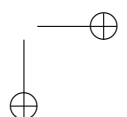
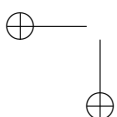
Pensa-se amiúde que a condição fulcral para a sobrevivência humana reside fundamentalmente na dimensão material do problema, mormente na sua relação com a dimensão propriamente biológica. Como é óbvio, a importância fulcral destas dimensões não pode ser logicamente posta em causa, mas não esgota o plano fundamental das condições de sobrevivência humana, sendo, por vezes, de importância relativa menor. Estes casos dizem respeito às situações em que a parte propriamente ética e política da pessoa humana é ainda determinante, podendo sê-lo por muito tempo.

Assim é demonstrado pelo testemunho que Primo Levi dá do que chama «sobrevivência moral».³⁹ Naquele imundo mundo, sem aparente possibilidade de sobrevivência, para quê, por exemplo, fazer a higiene diária ou outra coisa qualquer que lembre um sistema, uma ordem ordenada para a vida? Não será melhor esperar desordenadamente a morte, aproveitando os anunciados últimos momentos para imaginar outras coisas, outros sítios?

Esta posição ética faz todo o sentido para quem já não acredita em coisa alguma e apenas espera resignado a morte. Mas, para alguém como o camarada de cativo, a quem Primo Levi estima particularmente, o ex-sargento Steinlauf do exército austro-húngaro da Primeira Grande Guerra Mundial, que ainda acredita na sua dignidade humana e que espera a morte como um ser humano, a afirmação desta mesma humanidade passa pelo único instrumento, pela única arma que entende poder manejar: o comportamento digno de uma entidade humana que não quer ser ontologicamente reduzida.

Primo Levi fala com grande carinho das palavras duras que Steinlauf lhe dirigiu no dia em que resolveu expor a suas dúvidas quanto ao sentido do rito litúrgico da higiene: «não devemos

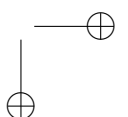
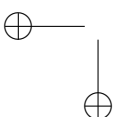
³⁹LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 35.





tornar-nos animais», leia-se «animais irracionais», bestas. Há que defender até à morte a única faculdade que resta ao ser humano naquelas condições: a faculdade de negar o consentimento à bestialização, à redução ontológica. Há que caminhar direito, dizia este homem que Primo Levi considera como «homem de vontade boa».⁴⁰

⁴⁰Dada a importância do testemunho aqui exarado, optamos por uma transcrição longa do mesmo: «“Eine Laus, dein Tod” (un pidocchio è la tua morte) e il distico ispirato. “Nach dem Abort, vor dem Essen / Hände waschen, nicht vergessen” (dopo la latrina, prima di mangiare, lavati le mani, non dimenticare). Per molti settimane, ho considerato questi ammonimenti all’igiene come puri tratti di spirito teutonico, nello stile del dialogo relativo al cinto erniario con cui eravamo stati accolti al nostro ingresso in Lager. Ma ho poi capito che il loro ignoti autori, forse inconsciamente, non erano lontani da alcune importanti verità. In questo luogo, lavarsi tutti i giorni nell’acqua torbida del lavandino immondo è praticamente inutile ai fini della pulizia e della salute; è invece importantissimo come sintomo di residua vitalità, e necessario come strumento di sopravvivenza morale. [...] Morremo tutti, stiamo per morire: se mi avanzano dieci minuti fra la sveglia e il lavoro, voglio dedicarli ad altro, a chiudermi in me stesso, a tirare le somme, o magari a guardare il cielo e a pensare che lo vedo forse per l’ultima volta; o anche solo a lasciarmi vivere, a concedermi il lusso di un minuscolo ozio. Ma Steinlauf mi dà sulla voce. [...] mi somministra una lezione in piena regola. [...] che appunto perché il Lager è una gran macchina per ridurre a bestie, noi bestie non dobbiamo diventare; che anche in questo luogo si può sopravvivere, e perciò si deve voler sopravvivere, per raccontare, per portare testimonianza; e che per vivere è importante sforzarsi di salvare almeno lo scheletro, l’impalcatura, la forma della civiltà. Che siamo schiavi, privi di ogni diritto, esposti a ogni offesa, votati a morte quasi certa, ma che una facoltà ci è rimasta, e dobbiamo difenderla con ogni vigore perché è l’ultima: la facoltà di negare il nostro consenso. Dobbiamo quindi, certamente, lavarci la faccia senza sapone, nell’acqua sporca, e asciugarci nella giacca. Dobbiamo dare il nero alle scarpe, non perché così prescrive il regolamento, ma per dignità e per proprietà. Dobbiamo camminare diritti, senza strascicare gli zoccoli, non già in omaggio alla disciplina prussiana, ma per restare vivi, per non cominciare a morire. Queste cose me disse Steinlauf, uomo di volontà buona [...]», «“Eine Laus, dein Tod”, (um piolho é a tua morte) e os versos inspirados: *Nach dem Abort, vor dem Essen/Hände waschen, nicht vergessen* (depois da latrina, antes de comer, lava as tuas mãos, não esqueças). Durante muitas semanas considerei estas exortações à higiene como meros traços de espírito teutónico, no estilo



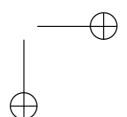
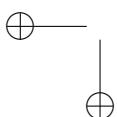


O sistema

«Não, a sabedoria e a virtude de Steinlauf, sem dúvida boas para ele, para mim não chegam. Diante deste complicado mundo infernal, as minhas ideias estão confusas; será mesmo necessário elaborar um sistema e praticá-lo? Ou não será mais salutar tomar consciência do facto de não termos um sistema?»⁴¹

relativo à cinta hernial com que nos acolheram ao entrarmos no Lager. Mas percebi depois que os seus autores desconhecidos, talvez inconscientemente, não estavam longe de algumas verdades importantes. Neste lugar, lavar-se todos os dias na água turva do lavatório fedorento é praticamente inútil para fins de limpeza e de saúde; mas é muito importante como sintoma de um resto de vitalidade, e necessário como instrumento de sobrevivência moral. [...] Vamos morrer todos, estamos prestes a morrer: se me sobrares dez minutos entre o acordar e o trabalho, quero dedicá-los a outras coisas, fechar-me em mim próprio, fazer o balanço, ou então olhar o céu e pensar que talvez esteja a vê-lo pela última vez; ou mesmo só deixar-me viver, conceder-me o luxo de um breve ócio. Mas Steinlauf interrompe-me. [...] dá-me uma lição com todas as regras. [...] que, exactamente porque o *Lager* é uma grande máquina para nos reduzir a animais, nós não devemos tornar-nos animais; que também neste lugar se pode sobreviver, e por isso é preciso querer sobreviver, para contar, para testemunhar, e que para viver é importante esforçarmo-nos para salvar pelo menos o esqueleto, os pilares, a forma da nossa civilização. Que somos escravos, privados de qualquer direito, expostos a qualquer injúria, condenados quase com certeza à morte, mas que uma faculdade nos restou, e temos de a defender com todo o vigor porque é a última: a faculdade de negar o nosso consentimento. Temos, portanto, sem dúvida, de lavar a cabeça sem sabão, na água suja, e limparmo-nos ao casaco. Temos de engraxar os sapatos, não porque a tal obriga o regulamento, mas por dignidade e por propriedade. Temos de caminhar direitos, sem arrastar as socas, certamente não em homenagem à disciplina prussiana, mas para nos mantermos vivos, para não começarmos a morrer. Estas coisas disse-me Steinlauf, homem de boa vontade» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., pp. 34-36 (trad. S. C. N.). Este discurso reconstituído de memória pode figurar ao lado dos de Péricles, Lincoln e Churchill: é a mesma grandeza humana em causa, a mesma civilização, sempre em perigo.

⁴¹ «No, la saggezza e la virtù di Steinlauf, buone certamente per lui, a me non bastano. Di fronte a questo complicato mondo infero, le mie idee sono confuse; sarà proprio necessario elaborare un sistema e praticarlo? o non sarà più salutare





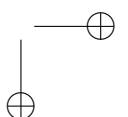
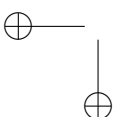
Se bem que esta alusão a um «sistema» pareça referir-se imediatamente a algo como um sistema moral, podemos, dado o contexto cosmológico em causa, alargá-la a um sentido mais geral de sistema. Assim sendo, do lado nazi, como se pode perceber através da leitura atenta do preclaro resumo doutrinal que Churchill faz do sistema que informa o texto programático de Herr Hitler, para este e seu sonho de domínio universal, fez toda a diferença a existência de um sistema. E tal vantajosa diferença não se exerceu apenas sobre os desmunidos indesejados do regime, mas também sobre os supostamente profissionalmente preparados governos e aparelhos militares dos países eleitos como inimigos pelo sistema nazi (a eleição destes inimigos é não uma forma caprichosa de Herr Hitler, mas segue-se logicamente ao programa posto em *Mein Kampf*; se o que é inserido nesta obra é ou não fruto, em boa parte, do capricho de seu autor, tal é outra questão).

Grande parte do sucesso fulgurante inicial e medial do nazismo deveu-se à existência de um sistema informador da possibilidade de prática dos seus sequazes. Mais, e mais proximamente relacionado com o tema que aqui nos move: o efectivo sucesso na matança dos indesejados – que cumpriu uma muito grande parte do que se propôs como primeira etapa: usar os inferiores e aniquilar os mais indesejados deles – dependeu precisamente de um sistema quer doutrinal quer administrativo terrivelmente eficaz.

Esta parte da Segunda Grande Guerra Mundial foi ganha por Herr Hitler porque usou um sistema especialmente desenhado e operado para o serviço que lhe foi destinado.

A ausência de um sistema em muito contribuiu para a derrota dos visados pelo sistema de morte nazi. Mais uma vez, a confirmação obtém-se por comparação com o que foi o resultado diverso obtido pelos judeus revoltosos de Varsóvia, que tiveram uma derrota militar, mas não tiveram uma derrota antropológico-

prendere coscienza di non avere sistema?», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 36 (trad. S. C. N.).





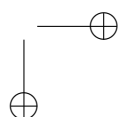
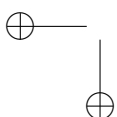
ontológica, isto é, à semelhança de todos os que morrem por causas justas nos campos de batalha, perdendo a vida, podem até perder a batalha ou mesmo a guerra, mas não perdem a humana dignidade.⁴²

Mais uma vez, basta ler os relatos das tentativas de evasão dos militares aliados das prisões nazis para se perceber até onde a existência de um sistema é crucial, decisivo.

Este sistema pode ser na forma mais limitada de um sistema, por exemplo, administrativo ou de higiene, ou numa forma mais vasta de um sistema que contemple a parte ética e política geral, com tudo o que tal implica antropologicamente em termos da humana cosmicidade.

É claro que, mais tarde, e para poder sobreviver um tempinho mais, o próprio Primo Levi irá desenvolver sistemas próprios, mas que são sistemas de mera sobrevivência a todo o custo. Muitos dos prisioneiros que sobreviveram obtiveram este resultado através de um misto de benéficas coincidências – isso a que vulgarmente se chama sorte – e de sistemas adaptativos casuísticos. Mas o que a libertação, física ou espiritual dos indesejados necessitava era de um sistema ético e político que contrariasse a prática de desumanização nazi. Tal não aconteceu e foi isso que acabou por conceder a vitória aos nazis, neste tão sensível ponto, marcando para sempre a história da humanidade com um mal que nunca terá qualquer possibilidade de humana remissão e que, assim, deixou um péssimo exemplo de sucesso para tudo quanto seja candidato a émulo de Herr Hitler.

⁴²Neste sentido, e como lição acerca de uma derrota política que é uma vitória ética e antropológica, recomendamos a leitura da obra de Edmond de Rostand, *Cyrano de Bergerac*.





Apagar o relevo ontológico

«Os dias assemelham-se todos, e não é fácil contá-los».⁴³ Com esta afirmação de Primo Levi começa um capítulo intitulado «Ka-Be» (de «Krankenbau», a Enfermaria do campo).

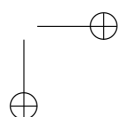
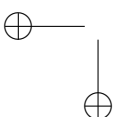
Ora, os dias nunca são todos iguais. *Nada é igual*. A realidade é sempre diferente. Tudo está em permanente movimento, menos o mesmo movimento, que não pára. O que acontece – e não apenas com estes prisioneiros ou outras pessoas em situações analogáveis – é que, através de meios mais ou menos subtis, os tiranos encontram maneira de fazer parecer que há coisas e dias iguais. *É através desta igualização dos entes que se consegue promover a desvalorização ontológica dos entes*, especialmente dos entes humanos, assim tornando mais fácil a sua escravização.

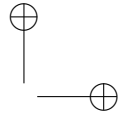
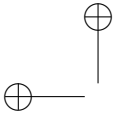
Tal processo foi usado excelentemente pelos nazis nos seus campos de concentração vários, mas não é exclusivo deles: todo o sistema ontológico – e pedagógico que o serve – que pratica a igualização elimina isso que faz com que cada ente individual possa ser a sua mesma diferença individual própria. Sem esta, não há diferença própria que possa fazer com que um ente B não se confunda totalmente com um ente A, caso da igualdade.

Ora, se o tirano arranja um modo qualquer de convencer as pessoas de que «nada há de novo sob o sol» ou algo de simbolicamente semelhante, se todo o ser concomitante perde o seu relevo ontológico próprio – se todos somos indiferenciados camaradas ou cidadãos (por exemplo ao modo bem entendido por George Orwell em seu *1984*) – ou se todos os actos se assemelham, fazendo com que cada minuto novo pareça repetir o anterior, cada hora seja nada-morta, cada dia desapareça na redução ao que já foi, então, quem assim viver já não será mais do que um escravo.

No final do capítulo sobre o «Ka-Be», podemos ler: «Para onde

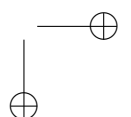
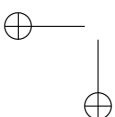
⁴³ «I giorni si somigliano tutti, e non è facile contarli», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 37 (trad. nossa).





vamos, não sabemos» e, mais adiante, «e depois?», encontrando por duas vezes a ideia de que dali não há regresso: «e é então que se torna claro que não teremos regresso» e «Não temos regresso»; o parágrafo termina assim: «Ninguém deve sair daqui, pois poderia levar para o mundo, juntamente com a marca gravada na carne, a terrível notícia do que, em Auschwitz, o homem teve coragem de fazer ao homem.»⁴⁴

⁴⁴«Ma dove andiamo non lo sappiamo. Potremo forse sopravvivere alle malattie e sfuggire alle scelte, forse anche resistere al lavoro e alla fame che ci consumano: e dopo? Qui, lontani momentaneamente dalle bestemmie e dai colpi, possiamo rientrare in noi stessi e meditare, e allora diventa chiaro che non ritorneremo. Noi abbiamo viaggiato fin qui nei vagoni piombati; noi abbiamo visto partire verso il niente le nostre donne e i nostri bambini; noi fatti schiavi abbiamo marciato cento volte avanti e indietro alla fatica muta, spenti nell'anima prima che dalla morte anonima. Noi non ritorneremo. Nessuno deve uscire di qui, che potrebbe portare al mondo, insieme col signo impresso nella carne, la mala novella di quanto, ad Auschwitz, è bastato animo all'umo di fare dell'uomo.» «Mas para onde vamos não sabemos. Conseguiremos talvez sobreviver às doenças e escapar às seleções, talvez também resistir ao trabalho e à fome que nos consomem: e depois? Aqui, momentaneamente afastados das blasfêmias e das violências, podemos voltar a nós próprios e meditar, e é então que se torna claro que não temos regresso. Viajámos até aqui nos vagões selados; vimos partir em direcção ao nada as nossas mulheres e as nossas crianças; reduzidos a escravos marchamos mil [sic] vezes para trás e para diante, numa fadiga muda, já apagados nas almas antes da morte anónima. Não temos regresso. Ninguém deve sair daqui, pois poderia levar para o mundo, juntamente com a marca gravada na carne, a terrível notícia do que, em Auschwitz, o homem teve coragem de fazer ao homem.» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 49 (trad. S. C. N.). Temos de precisar que a coragem é uma virtude e que não foi certamente a virtude da coragem que permitiu este inenarrável abuso humano por parte dos nazis: antes foi um estranho misto das perversões anti-coragem, cobardia e temeridade, que tal permitiram. Mas a maior perversidade desta virtude foi a devida aos cobardes governantes do ocidente dito democrático, que não foram capazes de anular a temeridade germânica tão bem patente desde 1933 a 1939, quando tudo já era demasiadamente tardio. Por outro lado, a prática dos nazis, não os retirando da mesma humanidade, faz deles humanas bestas, ou seja, não homens quaisquer, mas especialmente auto-elaborados no sentido de uma bestialidade ética e política.





Uma nova *Bíblia*?

«Contou-me a sua história [...] assim são todas as nossas histórias, centenas de milhares de histórias, todas diferentes e todas cheias de uma trágica e surpreendente necessidade [...] e são simples e incompreensíveis como as histórias da *Bíblia*. E não são, elas próprias, histórias de uma nova *Bíblia*?»⁴⁵

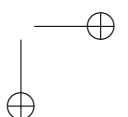
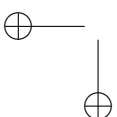
A resposta, simples e inabalavelmente firme, tem de ser: «Não».

Não, as narrativas da traição da humanidade dos indesejados não pode constituir uma nova *Bíblia*. A vetusta *Bíblia*, ainda que pejada da história possivelmente trágica dos erros e perversidades da humanidade, não só não se limita a servir de catálogo do mal variegado humano, como é, sobretudo, apesar desse mesmo mal, *contra esse mesmo mal* e, muitas vezes atravessando luminosamente esse mesmo mal, a narrativa do progressivo caminho da humanidade para um bem, desejado por Deus para ela, que ela ainda não deseja com a força suficiente, mas que é o seu atrator teleológico, pois o ómega do ser humano está já dado no alfa da criação e na afirmação da sua mesma incoativa bondade dita por Deus.

Esta bondade incoativa é capaz de suportar o mal da presença humana e pode servir de apoio fundamental para a caminhada progressiva para um bem final.

Não, Auschwitz não é a terra dos homens, é a terra das bestas; não é sequer Sodoma ou Gomorra, é bem pior, pois a violação em

⁴⁵ «Ma ha raccontato la sua storia, e oggi l'ho dimenticata, ma era certo una storia dolorosa, crudele e commovente; ché tali sono tutte le nostre storie, centinaia di migliaia di storie, tutte diverse e tutte piene di una tragica sorprendente necessità. Ce le raccontiamo a vicenda a sera, e sono avvenute in Norvegia, in Italia, in Algeria, in Ucraina, e sono semplici e incomprensibili come le storie della Bibbia. Ma non sono anch'esse storie di una nuova Bibbia?», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., pp. 58-59 (trad. S. C. N.).



Auschwitz não é a da matéria, sequer a do corpo ou da carne, é a violação do mesmo ser total da pessoa, num atentado universal à grandeza cósmica e cosmológica da criação. Em Auschwitz, viola-se a própria criação divina no que de melhor possui; os nazis são tentativos violadores do próprio Deus, tal é a sua maldade.

Estas histórias de Auschwitz são, então, não uma nova *Bíblia*, mas a negação da possibilidade de toda a *Bíblia* como proposta lógica da salvação para o ser humano. Se se quiser ser poético à maneira de *Khronos*, podemos dizer que o livro de Auschwitz seria a “bíblia” dos comedores de homens.

A *Bíblia* não é um livro de autocomiseração, mas uma obra permanentemente tensional entre a vontade de Deus de libertar o ser humano de si próprio e a insuficiente vontade do ser humano de ser livre. Mas é uma permanente caminhada para a libertação, directamente com Deus ou indirectamente na aparente contradição com Deus, mas, no fim, como definitivamente mostrado em *Job*, tendo como resultado a libertação do ser humano e da humanidade. Mas da humanidade que é paradigmática em *Job*, que não se rendeu a qualquer demónio, nem quando este lhe surgiu na forma do próprio Deus.

O que faltou em Auschwitz foi Job: com um *Job* em cada um dos indesejados, judeu ou não, Auschwitz teria desaparecido do cimo da terra mais depressa do que qualquer Sodoma ou Gomorra. Tenha-se em atenção que, ao contrário do Deus que procura ajudar a salvar estas cidades, *Job* nunca negocia... nem com Deus, sabendo sempre muito bem onde está o único bem: *Job* teria esmagado Auschwitz, no que este tinha de perversidade.

Mas sendo *Job* veterotestamentário, isto é, da única *Bíblia* judaica, anterior e independente do cristianismo, como não terem os hebreus, nos vários Auschwitzes, agido como *Job*, aniquilando todo o mal, toda a agência do mal? Porquê a passividade, cúmplice do mal, por mais que tal evidência perturbe e cause sofrimento? As respostas já ensaiadas não são suficientes e não há, ao que parece,



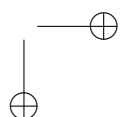
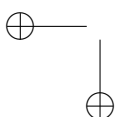
humana razão bastante para justificar tal ausência de indomabilidade.

Por outro lado, poder-se-á argumentar – e tal argumentação acaba sempre por servir como forma de desculpabilização do humanamente indesculpável, pois faz parecer que há sempre um qualquer bem que resulta de tudo, mesmo da mais profunda radicalidade do mal, o que é, no mínimo, antropologicamente blasfemo ao ser afirmado – que estas histórias servem o papel de manutenção de uma imprescindível memória, constituidora da mesma entidade semântica de cada pessoa, sendo tal especialmente importante em momentos como este em que pouco mais ou nada mais já resta de próprio dessa mesma pessoa.

Em abstracto, tal argumento é bom. Mas, num caso como o do projecto de aniquilação nazi, tal bondade é irrisória e constitui uma triste vitória pírrica. De que serviu, em absoluto, esta memória a Primo Levi e a todos os que conseguiram sobreviver? De esteio ou eixo paradigmático a que se agarrar? Sobreviveram assim? Mas e a outra memória dos que não sobreviveram? E que não sobreviveram sem terem podido salvar a sua mesma humanidade (porque não estamos aqui a falar da morte física)?

Para estes, aquela memória de nada serviu, para os que sobreviveram, mesmo que tenha servido de algo, o que não contestamos, como compatibilizar esta memória com a memória dos que morreram, feitos inumanos, porque houve quem preferisse o refúgio da memória à realidade combativa da prática de luta agónica contra os que tentavam roubar-lhes a humanidade?

A memória de um covarde resgata o quê, precisamente? Ou apenas ganha um doloroso, sofrido e angustiado tempo, até ao dia em que se percebe que afinal já tudo está morto, mesmo a memória, sobretudo a memória, e que não é já possível conviver com tal cadáver, que, no fundo sou eu próprio, pois sou aquele que preferiu o refúgio da memória à luta pela presença da humana virtude contra a humana perversidade. E não resta outra saída que





não o suicídio. Perante tal sofrimento, nós que não somos Deus, curvamo-nos, mas não podemos curvar-nos perante a má escolha feita, que tudo matou.

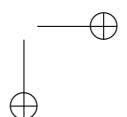
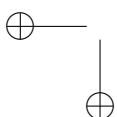
Noutra literatura grandiosa e sábia, há um outro caso de esterilidade da memória dos justos: trata-se do par Antígona-Hémon. Depois de todo o esforço amoroso de Antígona por seu pai, Édipo e por seus irmãos, a quem não quer deixar de honrar e de permitir o eterno repouso, quer ao irmão que defende a cidade de Tebas quer ao irmão que a ataca; depois da amorosa dedicação de seu noivo Hémon, tudo acaba numa morte cuja memória restante é nada mais do que um pedaço narrativo geralmente incompreendido. Onde está a herança da memória destes dois justos de Tebas? No mesmo lugar da memória de todos os outros justos injustiçados, enterrada sob a triunfante bota dos que fazem da injustiça a sua vitória.

O nome e o ser?

«Antes de Resnyk, dormia comigo um polaco de que ninguém sabia o nome; era tranquilo e silencioso, tinha duas velhas chagas nas tíbias e de noite exalava um cheiro repugnante de doença; era também fraco da bexiga, e por isso acordava, e acordava-me, oito ou dez vezes por noite.»⁴⁶

Na tradição ocidental há dois momentos de grande equívoco ontológico, com consequências antropológicas e cosmológicas terríveis: no mundo helénico, a consignação a Epimeteu da outorga de dons aos seres; no mundo próximo oriental, a atribuição dos nomes aos seres por Adão. No primeiro caso, teve o irmão sábio,

⁴⁶LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 58 (trad. S. C. N.), «Prima di Resnyk, con me dormiva un polacco di cui tutti ignoravano il nome; era mite e silenzioso, aveva due vecchie piaghe alle tibie e di notte emanava un odore squallido di malattia; era anche debole de vescica, e perciò si svegliava e mi svegliava otto o dieci volte per notte.»



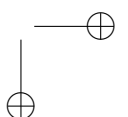
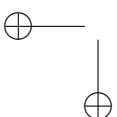


Prometeu, de procurar ajudar a humanidade no seu estado de total ausência de dotes próprios; no segundo, o poder que Adão imaginou para si próprio, ao dar os nomes às coisas, como se as tivesse ele criado, fez dele um possível competidor com o próprio Deus: nasce nesta ilusão a senda do pecado adâmico, porque nasce aqui o radical sentido de que se domina o mundo, dominando o nome das coisas. Ora, o nome, sendo politicamente importante, como meio externo de inter-relação humana, não o é como coisa propriamente ontológica, ao contrário do que se pensa: pelo facto de Adão chamar o cão pelo nome e de este lhe obedecer, pode acontecer ao estulto Adão a triste ideia de que tem sobre o pobre animal um poder senhorial que roça a divindade. Mas tal não faz dele mais do que o primeiro tirano (é por causa desta incipiente tirania que é posto fora do paraíso, pois Deus, que não age como tirano, não suporta a presença de tal criatura).

O nome do cão de Adão *não é o cão* de Adão. O nome de Eva não é a mesma Eva. O nome de Deus não é Deus. Confundir o nome com a coisa é magia e ontologicamente impertinente. *É nas situações extremas que se percebe a diferença ontológica radical entre o nome e o ser.* Assim nestes campos de morte: não é o nome que está em causa, é o ser; não é o nome é a dignidade ontológica da pessoa.

Poder-se-á objectar que a morte destas pessoas começou precisamente quando lhe quiseram retirar politicamente o nome e o substituíram por um número. Mas, se a dignidade ontológica da pessoa for vivida pela mesma sem qualquer forma de dúvida – «eu sou um homem», «eu sou uma mulher» – nada há que possa atentar contra quer a dignidade quer o nome da pessoa: que interessa que as bestas me digam que não sou José, mas 001, se eu sei que sou José, que sou um ser humano e que nunca me convencerão do contrário, porque primeiro hei-de morrer, mas morrer com toda a minha humana dignidade, assim os derrotando?

Pense-se no que seria, no meio deste programa de denegação





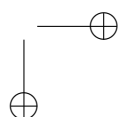
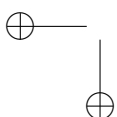
da dignidade ontológica dos indesejados, se todos, mas todos, se negassem a alinhar, mesmo que todos morressem ao fazê-lo: morreriam, mas a guerra pelo sentido humano de tais pessoas teria sido ganha e as bestas teriam sido cultural e logicamente derrotadas. Como aconteceu, as pessoas acabaram por morrer na mesma, aos milhões, e a derrota, por causa do modo como morreram, foi da dignidade humana não das bestas.

Sempre que um qualquer ser humano aceita ser desumanizado, aceita matar com ele o todo da humanidade, como humanidade, e é responsável, tanto quanto a grandeza da sua inacção, por essa mesma morte: o que Job ganhou em luta contra tudo e todos, assim se perde apenas porque alguém prefere viver mais algum tempo uma vida que já não é dignamente humana, em vez de morrer mais cedo, mas como ser humano, como pessoa, virgem e intocada pela bestialidade dos tiranos.

Mas também quem defende os tiranos e faz leis para a sua defesa é responsável, e de um modo muito mais forte, pelo triunfo das bestas: toda a legislação que defende e, ao defender, promove a bestialidade humana, a tirania de uns seres humanos sobre os outros ajuda a matar a mesma humanidade. Tal faz-se hodiernamente através de meios aparentemente defensores da humanidade, pondo ao mesmo nível tirano e tiranizado, com a desculpa de que têm os mesmos direitos; mas quem pode defender que Himmler e Hitler tinham os mesmos direitos que as suas vítimas? Quem, senão Himmler e Hitler e quem sonhe com poder ser como eles e protegido por uma lei iníqua, pois trata de modo semelhante o que é profundamente dissemelhante: quando é a lei que promove o caos, pode-se esperar que este se instale.

Os tiranos só triunfam porque há quem tal permita e quem tal permite é tão ou mais responsável e vil do que aqueles que são oficialmente considerados tiranos. E merece a mesma sorte.

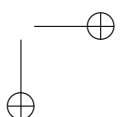
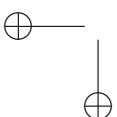
Assim, com ou sem nome, o pobre polaco era o que era, sofreu o que sofreu e teve o destino que eventualmente teve, sem que o





nome tivesse em tal qualquer importância. A confusão entre o ser e o nome pode ser o início da morte do ser humano, reduzido a uma designação política que não se confunde com o que é. É preciso que fique bem claro que *eu não sou o meu nome*: sou muito mais do que isso e posso até querer não ter nome, num mundo político em que ouvi-lo pronunciado por certas pessoas me faça ter nojo de mim próprio, pois posso ser confundido em meu ser com aquela voz, que me aliena de mim mesmo, que me reduz, que me mata. Assim, é preferível não ter nome.

Note-se que o grande nome que Deus deu à sua criação, no fim de cada dia, independentemente dos nomes que cada coisa pudesse assumir na sua inteligência, foi o de «bom», o que não o reduz, não o secundariza, não o criaturaliza em acto de contemplação, antes lhe confere o selo ontológico da designação única que se pode dar de Deus e que Deus pode dar de si próprio: isto é bom, da bondade do criador, bom como o acto que o pôs, que é acto de Deus, logo, Deus em seu acto. É este sentido do absoluto da bondade que os tiranos têm de fazer perder aos tiranizáveis para que possam ser tiranizados, pois quem é que, sabendo-se bom da mesma virginal bondade de Deus em seu incoativo ser, se vai deixar macular por uma qualquer besta tirânica? Se Deus me não desvaloriza – lembremo-nos de Job – como há-de alguém mais poder fazê-lo? Por outro lado, num ambiente cultural ateu, não havendo esta intuição, não sendo ela possível, não sendo possível um qualquer referencial absoluto trans-humano, qualquer idiótica besta pode, se obtiver poder para tal, constituir-se neste mesmo referencial e definir o que é antropologicamente bom ou não. Foi o que se passou com Herr Hitler e é o que se passa com todos os tiranetes que para aí polulam, à espera de um novo Tribunal de Nuremberga que os ponha no sítio que lhes pertence, de facto, só faltando que seja de positivo direito.



O Lager é uma forma de existência

Depois de falar acerca da presença de “civis” polacos presos no Lager por razões de índole de delito comum, por exemplo, por comércio ilegal com os indesejados, civis para quem o Lager era «uma punição», mas que lhes permitia a libertação, ao fim do tempo de pena, «se não morrerem de cansaço ou de doença»,⁴⁷ Primo Levi fala da diferença de condição relativamente ao Lager no tocante aos indesejados: para estes, o Lager constitui um real mundo, no sentido forte do termo, um mundo que é uma espécie de condenação caótica, a antítese de um mundo como cosmos, uma forma de vida em que tudo atenta contra a própria vida, uma máquina feita para espremer a vida da sua vitalidade até ao esgotamento, sendo o seu fim não algo como propriamente uma morte, mas algo de semelhante ao vazar o lixo doméstico para um imenso tártaro do que foi a possibilidade humana, assim negada.

«Para nós, pelo contrário, o Lager não é uma punição; para nós não está previsto um fim, e o Lager outra coisa não é senão o género de existência que nos foi atribuída, sem limites de tempo, no seio do organismo social alemão.»⁴⁸ A parte conclusiva deste trecho é muito significativa: de facto, o mundo construído pelos nazis foi parte integrante do «organismo social alemão». Organismo que perdurou depois da aventura nazi, no qual foi permitida a sobrevivência impune a milhares, senão milhões, dos que, nesse e como esse mesmo organismo, possibilitaram e operacionalizaram quer a matança dos indesejados quer a invasão, opressão, espoliação e assassinato de incontáveis pessoas, em muitas terras.

⁴⁷ «[...] si non moriranno di fatica o di malattia [...]», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 75 (trad. S. C. N.).

⁴⁸ «Per noi invece il Lager non è una punizione; per noi non è previsto un termine, e il Lager altro non è che il genere di esistenza a noi assegnato, senza limiti di tempo, in seno all'organismo sociale germanico.», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 75 (trad. S. C. N.).



Mesmo depois da chamada «desnazificação» da Alemanha, este organismo permaneceu. Os assassinos e colaboradores permaneceram e, com eles, salvo algumas possíveis conversões, os seus «valores». Ora, foram precisamente estes valores, os valores propostos em *Mein Kampf*, que estiveram na base de Auschwitz e de tudo o que Auschwitz representa e simboliza. Ora, se Auschwitz simboliza o martírio não apenas dos indesejados óbvios – hebreus, ciganos, homossexuais, comunistas, “russos”, etc. –, Auschwitz representa também aquele organismo social, com os valores que permitiram exactamente Auschwitz, com os valores que implementaram Auschwitz, com os valores que, com o triunfo de Auschwitz, triunfaram, ao contrário do que se costuma pensar.

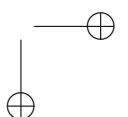
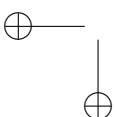
Ora, o problema fundamental reside precisamente na erecção de um mundo humano como coisa de valores, como coisa valorativa: é, ainda, a questão do nome, agora ampliada a uma escala cósmica. O que faz o cosmos não é o juízo valorativo que sobre as coisas se pode exercer, mas a sua mesma composição ontológica, em que cada coisa tem propriamente um ser, não tem propriamente um valor.

A atitude própria do ser humano inteligente replica a de Deus, quando vê que o mundo criado é, em sua mais funda matriz, bom. Mas esta bondade não é a afirmação de uma avaliação, mas a constatação intuitiva de uma realidade ontológica, a da absoluta diferença do criado perante a alternativa absoluta sua que é o nada.

Não há, aqui, valor ou juízo, mas uma atitude contemplativa, que dá, em acto, o ser da coisa na sua plenitude própria de ser o que é em vez de não ser em absoluto.

O valor transforma isto numa posição tética de um sujeito: aquilo é bom porque eu o digo como tal. Esta atitude imediatamente relativiza tudo ao ditador da sentença.

Para Deus, tudo o que acabou de criar é bom; antes de se auto-poluir, a criação é absolutamente boa. Ora, a mesma auto-poluição consiste em querer tomar o papel de Deus. Mas, aí, não é a criação



que se torna não-boas, é o agente poluidor que se torna mau e a maldade é esta mesma poluição, que é a fundamental desordem possivelmente aniquiladora do cosmos, que é a tentativa de troca do criador pelo criado.

É esta troca fundamental que subjaz ao desejo tirânico, não apenas de Herr Hitler e seus semelhantes óbvios, mas de todo o ser humano que se quer fazer passar por Deus, ao querer exercer um domínio escravizador sobre os seus semelhantes como se fosse deles dono, como se o ser deles dele dependesse.

A necessidade hitleriana de *Lebensraum* nasce deste desejo de estender o império tirânico do *Reich* – e o *Reich* era a mesma pessoa de Herr Hitler – a todo o mundo, a todos os seres humanos. A máquina escolhida para tal operação de recosmicização nazi do mundo – máquina que era a extensão mecânica de Herr Hitler – foi o tal «organismo social alemão».

Assim, no seio da sua miséria, foi Primo Levi capaz de saber identificar claramente a natureza do mundo antropológico em que foi imerso.

O «organismo social alemão» tinha-o condenado a este género de existência precisamente porque foi educado a olhar para as coisas e para o mundo em geral não como um bem absoluto em seu ser, na relação lógica absoluta com o nada e ontológica com Deus (ou com qualquer coisa que substitua Deus para os ateus: a natureza, por exemplo), mas como um valor, algo que depende não de um absoluto transcendente, mas da mesma imanência judicativa idiótica da pessoa. Procederam de acordo com o que lhes foi ensinado, como seria de esperar, e, no seio deste mundo de valores, procederam com uma eficácia de grande valia: segundo este sistema de valores, configurador de uma nova cosmologia, procederam bem, foram mesmo excelentes no que fizeram.



Toda a experiência humana tem sentido

Este título inspira-se na expressão, de Primo Levi, «nenhuma experiência humana é privada de sentido».⁴⁹ O mesmo trágico drama que se narra nesta obra em apreço nasce fundamentalmente da consideração de que há umas experiências humanas dignas de serem vividas e pensadas e outras não: é a mesma divisão entre seres humanos e outros que ou não são de todo humanos ou são menos que humanos. Esta é a base lógica de todas as formas de etnocentrismo, de que o hitlerismo é apenas a forma mais extrema possível, pois é a que assume, na teoria e na prática, a desumanização de todos os que não forem segundo o paradigma escolhido de humanidade.

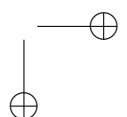
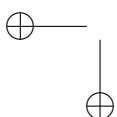
No dizer de Primo Levi, esta forma de ser imposta pelos nazis nestes campos é uma forma que consubstancia uma «condição humana anormal.»⁵⁰ Será assim? Será que esta condição, em sua parametrização basal, em que se estabelece uma distinção ontológica entre classes de seres humanos, não é a triste condição normal da mesma humanidade, desde que existe?

É que não há uma qualquer terceira via possível entre o bem-comum, em que o melhor bem possível para todos impera, e a tirania (ou formas oligárquicas suas sucedâneas),⁵¹ em que impera o bem de um (mesmo nas oligarquias em que há alguém que funciona

⁴⁹LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 79 (trad. S. C. N.).

⁵⁰LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 79 (trad. S. C. N.); parece-nos que a tradução de «eccezionale» por «excepcional» teria sido preferível: «[...] di questa eccezionale condizione umana [...]».

⁵¹Tecnicamente, e porque Herr Hitler não conseguia sozinho dominar tudo, tal a extensão do novo mundo planeado, o sistema nazi é uma oligarquia, em que alguns poucos, todos sob as políticas graças pessoais de Hitler, mandavam e em que os restantes nada mais faziam do que obedecer cegamente ou morrer (o mesmo se diga do soviétismo, do maoísmo, do imperialismo nipónico ou de todas as formas em que uns poucos, à sombra de um tiranete qualquer, imperam sobre uma vastíssima maioria).



como o tirano, um “chefe”, quem não se submeter ao interesse do chefe ou da oligarquia, pela lógica própria destes, tem de ser eliminado, sob pena de poder ser ele a eliminar aquele ou aquela).

Não há uma terceira via. Por isso, o mundo nunca conheceu senão formas de tirania ou de oligarquia, mais ou menos mitigadas, como é o caso das chamadas democracias. O bem-comum nunca passou de um sonho, para platónicos sérios ou agostinianos – Tomás de Aquino incluído –, seriamente crentes numa transcendência capaz de anular toda a humana insensatez.

Assim sendo, em Auschwitz vivia-se a comum condição humana, apenas manifestamente exagerada. Não admira, pois, que, inteligente como era, Primo Levi tenha percebido que, aí, se operou «uma gigantesca experiência biológica e social»,⁵² promovida de tal modo que nem o melhor cientista social poderia imaginar ou implementar melhor: «[...] é quanto de mais rigoroso um experimentador poderia instituir, para estabelecer o que é essencial e o que é adquirido no comportamento do animal-homem perante a luta pela vida.»⁵³ Neste ambiente epistemológico de sonho para o

⁵²«Vorremmo far considerare come il Lager sia stato, anche e notevolmente, una gigantesca esperienza biologica e sociale.», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 79 (trad. S. C. N.).

⁵³«Si rinchiudano tra il fili spinati migliaia di individui diversi per età, condizione, origine, lingua, cultura e costumi, e siano quivi sottoposti a un regime di vita costante, controllabile, identico per tutti e inferiore a tutti i bisogni: è quanto di più rigoroso uno sperimentatore avrebbe potuto istituire per stabilire che cosa sia essenziale e che cosa acquisito nel comportamento dell'animale-uomo di fronte alla lotta per la vita.» «Fechem-se entre arames farpados milhares de indivíduos diferentes em idade, condição, língua, cultura e hábitos, e obriguem-se, nesse lugar, a um regime de vida constante, controlável, idêntico para todos e abaixo de todas as necessidades; [...], LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 79 (trad. S. C. N.). Note-se o absoluto rigor epistemológico da forma como o protocolo geral da experimentação é exposto. Não é apenas o cientista treinado que aqui fala, mas esse mesmo cientista que percebe a perversidade que pode advir do mau uso de um bom método: mas, ética e politicamente, não há boa ou má ciência, há bons ou maus cientistas, todos eles potencialmente úteis, como foi o caso de von Braun, que passou



darwinista social, «a luta para sobreviver é sem remissão, porque cada um está desesperada e ferozmente só.»⁵⁴ Assim sendo, esta «selecção natural» opera, segundo os preceitos materialistas que a fundamentam, uma cega luta anónima por uma vida também cega e que nada mais faz do que prolongar uma forma auto-replicadora da matéria, uma reformulação constante do mundo humano – isto é, na verdade, e segundo este sistema, um mundo não humano, bestial – através dos mecanismos impessoais da selecção dos que são capazes de sobreviver, sem mais, sem qualquer forma de consideração ética segundo o sentido humano do bem-comum.

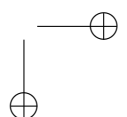
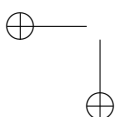
É um mundo de bestas anónimas, este que as bestas nazis com nome instituem, governam e fazem inedelevelmente triunfar: mais uma vez, na sua lucidez, Primo Levi tem razão, quando afirma: «Embora envolvidos e arrastados pela multidão inúmera dos outros iguais a eles, sofrem e arrastam-se numa íntima solidão baça, e em solidão morrem ou desaparecem, sem deixar rasto na memória de ninguém.»⁵⁵ É esta aniquilação da semântica ontológica – totalmente, sem coisa alguma deixar – que constitui a vitória de Herr Hitler: tem o que almejou ter.⁵⁶

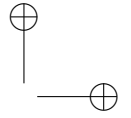
de chefe de equipa de um laboratório que usava mão-de-obra escrava a estado-unidense «pai» da exploração do espaço. O foguete «Saturno V» é descendente directo das «armas da vingança II», mais conhecidas por «V II», com que von Braun e os seus camaradas massacraram o povo britânico... Mas a *Realpolitik* é humanamente todo-poderosa.

⁵⁴«Ma in Lager avviene altrimenti: qui la lotta per sopravvivere è senza remissione, perché ognuno è disperatamente ferocemente solo.» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 80 (trad. S. C. N.).

⁵⁵«Benché inglobati e trascinati senza requie dalla folla innumerevole dei loro consimili, essi soffrono e si trascinano in una opaca intima solitudine, e in solitudine muoiono o scompaiono, senza lasciar traccia nella memoria di nessuno.» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 81 (trad. S. C. N.).

⁵⁶Se bem que apenas parcialmente, pois a ambição era universal.

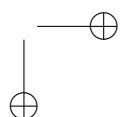
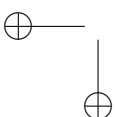




A traição em troca de um pouco de poder

A realidade da traição à dignidade humana surge, em toda a sua crueza, em tempos incomuns, mas possíveis e reais, independentemente do que sejam as infundadas opiniões e néscios desejos dos seres humanos, quando a habitual, mas não-necessária, ordem cósmica humana ou geral se modifica. Há quem pense que os oprimidos, ao modo dos carneiros acoçados pelas feras, se unem como forma de guarida. Nada mais errado: «Apercebemo-nos de que tudo isto está longe do quadro que se costuma traçar dos oprimidos que se unem, ainda que não para resistir, pelo menos para suportar. Não excluimos que isso possa acontecer, quando o opressor não ultrapassa um certo limite, por inexperiência ou magnanimidade, o tolere ou o favoreça. Mas constatamos que, nos nossos dias, em todos os países invadidos por um povo estrangeiro, estabeleceu-se uma análoga situação de rivalidade e de ódio entre os oprimidos; e isto, como muitos outros factos humanos, foi possível captar no Lager com particular e crua evidência.»⁵⁷

⁵⁷ «Ci rendiamo conto che tutto questo è lontano dal quadro che si usa fare, degli oppressi che si uniscono, si non nel resistere, almeno nel sopportare. Non escludiamo che ciò possa avvenire quando l'oppressione non superi un certo limite, o forse quando l'oppressore, per inesperienza o per magnanimità, lo tolleri o lo favorisca. Ma constatiamo che ai nostri giorni, in tutti i paesi in cui un popolo staniero ha posto piede da invasore, se è stabilita una analoga situazione di rivalità e di odio fra gli assoggettati; e ciò, come molti altri fatti umani, si è potuto cogliere in Lager con particolare cruda evidenza.» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 83 (trad. S. C. N.). A alusão a uma possível magnanimidade por parte do opressor parece-nos laborar ainda no mesmo erro que conduziu milhões para o cadafalso pensando que não era possível que tal acontecesse: o tirano – e todo o opressor é um tirano – não possui qualquer forma de magnanimidade, esta é apanágio dos seres humanos com uma dimensão de nobreza que a besta tirânica nunca pode ter, pois, se a tivesse, nunca seria a besta tirânica que é. Nunca se trata de magnanimidade, mas de uma forma de sobrançeria autocomplacente que consiste em sentir e saber intelectualmente que se pode fazer o que se está a fazer, que se é dono





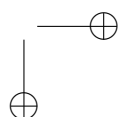
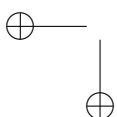
No geral, pois há exceções, a animalidade irracional que constitui a parte propriamente biológica e animal – sentido moralmente neutro – do ser humano, surge quando ou não há treino – paideia – propriamente humana do ser humano incoativo ou quando surgem situações habitualmente inusitadas em que as questões da vida e da imediata sobrevivência se tornam não só evidentes como prementes, fisicamente prementes. Se ambas estas condições se acumularem, a bestialização humana torna-se necessária, pois não existe a única forma possível de contrariar a tendência bestial que possuímos e que é precisamente a mesma educação.

Não se tome erradamente esta educação como qualquer protocolo treino meramente socializante, pois a socialização, sem mais, pode ser apenas uma forma de passar valores bestiais: a cultura, entendida como mera coisa de valores, sua descoberta, produção e transmissão, pode ser a mais perversa das realidades. É desta maneira que se perpetua tudo o que de mais desumano existe. Os exemplos abundam, desde a menorização das mulheres em certas sociedades, ao desprezo pela natureza a, em geral, todas as formas de etnocentrismo: nós é que somos os verdadeiros seres humanos, o resto é lixo.

A educação necessária para que a bestialidade não triunfe é aquela e apenas aquela que toma como sua finalidade inalienável a promoção única do bem-comum, isto é, do bem para todos os que quiserem partilhar do bem humano. Não pode, assim, haver qualquer forma de perversidade quer etnocêntrica quer prosopocêntrica quer oligarcocêntrica, pois o sentido do bem-comum elimina logicamente esta possibilidade.

Foi este sentido de um necessário bem-comum que levou a casos como os de Oscar Schindler ou de Aristides de Sousa Mendes, por exemplo, que, independentemente de questões de ordem psicológica e idiótica, souberam *ver*, no momento cairótico, *o que era*

da vida do outro, de tal modo que até é possível brincar com a sua extensão e qualidade imediata e futura.



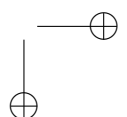
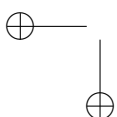


preciso, e o que era preciso era salvar aquelas pessoas, contra tudo e contra todos, se necessário, passando por cima de toda a perversidade e de toda a mesquinha consideração de interesses oligárquicos ou pessoais. Sabemos o que tal empenho lhes mereceu por parte de quem tinha a consciência pesada pela participação no massacre ou simplesmente ficou triste por este não poder ter sido concluído ou simplesmente era covarde.

É o mesmo tipo de mentalidade e de pessoas que, se se encontrassem na situação em que puseram ou ajudaram a pôr terceiros, fariam o mesmo mal de que fala Primo Levi nesta obra.

O bem-comum ditaria que os desgraçados se unissem contra isso que lhes provoca a desgraça, lutando, ainda que literalmente de uma forma desesperada contra os tiranos, mesmo que nessa luta todos fossem aniquilados – destino que, sabemos, é o que estava marcado para os oprimidos em causa aqui –, mas fazendo-o não como ratazanas, antes como seres humanos que mordem o pó do chão ainda humanos e a quem nada e ninguém tirou a mesma humana dignidade. Ao escolher ajudar a escravizar o seu danado semelhante, o oprimido não só *não* afirma contra o opressor a sua humanidade e liberdade, mas acrescenta negatividade ético-ontológica à negatividade que já lhe tinha sido imposta, pois é ele quem se sobrecarrega com a partilha da iniquidade do opressor: não é apenas desgraçado politicamente, porque alguém fez dele e contra ele um desgraçado, mas ele mesmo reforçou a sua desgraça ao tornar-se uma besta semelhante à besta que o escravizou. É este o verdadeiro triunfo dos tiranos: que, antes da aniquilação física, *o mesmo indesejado se auto-aniquile humanamente*.

Todas as formas de humana dependência são formas de tirania. Não replicam, porque não podem replicar, a relação entre o criador e a criatura que, no caso judaico-cristão, como consubstanciado em Job e, depois, em Cristo, é uma relação feita necessariamente para que o ser humano se liberte: a dependência metafísica que o faz sair do nada de si próprio não o escraviza, apenas lhe dá a oportunidade





de se fazer, de se recriar continuamente, no respeito pela fidelidade à mesma possibilidade de liberdade que lhe foi dada desde o seu absoluto início. Isso a que se chama o pecado é o desprezo por esta liberdade, ao contrário do que um certo vulgo, até teológico, pensa.

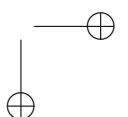
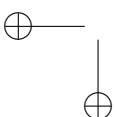
Mas certos seres humanos, no uso dessa mesma liberdade – tecnicamente, aqui, é livre-arbítrio – são de tal modo perversos que até o necessário afastamento de Deus condenam, pois quereriam que fosse Deus a viver a sua liberdade, a ter de escolher por eles, a trabalhar por eles, não percebendo que, assim, o próprio Deus arruinaria o seu inicial projecto de liberdade.

São estes, assim sumariamente tipificados, que são os responsáveis pela ausência de resposta dos seres humanos decentes à indecência de outros; são estes os que, em vez de agirem na defesa de tão precioso bem – a vida digna de ser humano – se põem a clamar: «onde está Deus», quando deveriam clamar: «onde estou eu»?

Não se pense, no entanto, que a falha de empenho no bem-comum se deve apenas a algo como uma simples posição metafísica: a quebra do empenho no bem-comum por parte de alguns pode obter-se por meios bem mais terrenos: «Eles são o produto típico da estrutura do *Lager* alemão: ofereça-se a alguns indivíduos em estado de escravidão uma posição privilegiada, um certo bem-estar e uma boa probabilidade de sobreviver, exigindo em troca a traição da solidariedade natural para com os seus companheiros, e certamente haverá quem aceite.»⁵⁸

Para além do que já ficou exposto anteriormente, há a ressaltar aqui que o ponto fundamental que explica esta atitude nos é dado na própria forma como o autor se expressa, inocentemente: «ofereça-se a alguns indivíduos». Se a individuação é a base de toda a pos-

⁵⁸«Essi sono il tipico prodotto della struttura del Lager tedesco: si offra ad alcuni individui in stato di schiavitù una posizione privilegiata, un certo agio e una buona probabilità di sopravvivere, esigendone in cambio il tradimento della naturale solidarietà coi loro compagni, e certamente vi sarà chi accetterà.», LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 82 (trad. S. C. N.).



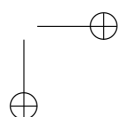
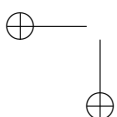


sibilidade ontológica, pois, sobre a comum pertença a um mesmo universal ser, que universalmente se opõe ao nada, é o que não apenas permite, mas executa a diferenciação que dá precisamente o indivíduo, na sua realidade própria e irreduzível, a redução dos seres a meros indivíduos faz perder a comum base onto-metafísica que os une como entes todos pertencentes a um mesmo universo ontológico, por mais diferenciados que sejam.

Esta é a forma mágica que perdura desde os tempos da proposta de Demócrito para a fundação ontológica do cosmos. Ora, esta formulação é mágica porque não foi capaz de encontrar uma forma racional capaz de justificar a existência dos átomos – paradigmas metafísicos do indivíduo – forma que também necessariamente os uniria. A proposta avançada segundo a qual os átomos são eternos não explica coisa alguma: porquê eternos? Apenas porque não se quer levar o questionamento sobre a origem da realidade física aos limites da capacidade humana? E porquê esta recusa?

Mas esta ausência de explicação originária tem o inconveniente maior de deixar os átomos precisamente atômicos, isto é, sem relação possível: pois bem, estão aí desde sempre (o que é que «desde sempre» querará dizer neste contexto?), mas o que é que os une, se são exactamente átomos, quer dizer insecáveis, mas separados?

A resposta, correlativa e supletiva, segundo a qual também há um movimento eterno, que os faz aproximar-se e poder unir-se, é por demais feita à medida. Ainda que esse movimento fosse eterno e infinitizável (neste ambiente um infinito actual não é possível, pois é uma realidade apenas pensável como não-física, ao modo dos universos matemáticos), nada obriga a que alguma vez fizesse aproximar fosse o que fosse: é possível pensar um movimento infinito simplesmente paralelo ou concêntrico, em que nada se aproxima de coisa alguma, no sentido aqui em causa. Apenas um movimento infinito de tipo browniano poderia suportar a aproximação necessária de tais átomos, mas, então, que faria parar tal eterno e infinito movimento para que houvesse união molecular?

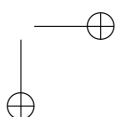




É precisamente este sentido analogicamente molecular da comunidade humana que aqui está em causa: o tirano, através da outorga de privilégios, procura que o atómico indivíduo humano ou não chegue a aderir à molécula que é o bem-comum ou dela se destaque, assim a arruinando: e basta um traidor para que o bem-comum seja impossível, com as consequências que são fáceis de perceber. Da gravidade humana destas consequências costuma derivar a triste sorte habitual dos traidores quando são postos, por sua vez, sob o poder vindicativo dos traídos.

Mas é a concepção e a vivência atómica do agregado humano, que, assim, é impossibilitado de se transformar em comunidade, em bem-comum – o bem-comum não é uma posse da comunidade, o bem-comum é a comunidade, universalmente entendida –, isso que está na base desta traição. O indivíduo, como tal, é sempre um possível traidor, porque se entende como um ente atómico que nada tem de relação com a molécula da comunidade.

A grande diferença entre a consideração do ser humano apenas como um indivíduo ou como uma pessoa, reside no facto de esta última ser ontologicamente, a par com a diferença que a individualiza e a torna única e irreduzível, uma relação, que, como parte também irreduzível dessa mesma diferença, faz dela não um indivíduo atómico, isolado, mas parte, insubstituível na sua diferença, de um todo. É esta relação universal ao comum dos seres humanos que constitui o bem-comum, pelo menos como desiderato. É esta relação que o traidor nega, negando, com ela, a possibilidade da mesma comunidade, isto é, e num contexto como o paradigmático por Auschwitz, de cada uma das pessoas que a constituem.



Conclusão: os cadáveres não têm nome

«27 de Janeiro. Madrugada. No chão, a infame confusão de membros ressequidos, a coisa Sómogyi. [...] Os vivos são mais exigentes; os mortos podem esperar. [...] Os russos chegaram enquanto Charles e eu levávamos Sómogyi para um lugar pouco afastado. [...] Sertelet, Cagnolati, Towarowski, Lakmaker e Dorget [...] morreram algumas semanas mais tarde na enfermaria russa provisória de Auschwitz.»⁵⁹

Herr Hitler venceu. Venceu, mesmo tendo perdido politicamente a guerra; venceu, mesmo tendo sido militarmente derrotado a este e a oeste. Venceu porque conseguiu transformar em cadáveres grande parte dos milhões que se tinha proposto aniquilar.

Por maior que tenha sido a vitória dos seus inimigos, por maior que tenha sido a derrota da Alemanha e o sofrimento do povo alemão, dos que o mereceram e dos inocentes que também lá existiam, aqueles cadáveres são o monumento da e à vitória de Hitler e do nazismo: nada, ninguém os vai desmassacrar. A vida arrancada

⁵⁹ «27 gennaio. L'alba. Sul pavimento, l'infame tumulto di membra stecchite, la cosa Sómogyi. [...] I vivi sono piú esigenti; i morti possono attendere. [...] I russi arrivarono mentre Charles ed io portavamo Somogyi poco lontano. [...] Sertelet, Cagnolati, Towarowski, Lakmaker e Dorget [...] sono morti qualche settimana piú tarde, nell'infermeria russa provvisoria di Auschwitz.» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 153 (trad. S. C. N.). Note-se que estas recordações estavam bem frescas, pois esta obra foi escrita entre Dezembro de 1945 e Janeiro de 1947. Estas memórias são fundamentais para que a monumentalidade real posta em forma de texto, como a posta em forma de filme ou outras, sustente uma memória que não possa ser desmentida pelos tiranos e candidatos a tirano que continuaram a proliferar mesmo depois da mais custosa das guerras travadas contra tais bestas humanas. Como bem percebeu o General Supremo Comandante Aliado no teatro de guerra da Europa, General Eisenhower, assim que lhe chegaram as primeiras confirmações do que havia nos campos, de que muito já se sabia, mas que ainda não tinham sido vistos, ao mandar registar monumentalmente tudo o que fosse possível, pois haveria sempre alguém que, mais tarde, haveria de dizer que não existiu um tal mal.



a milhões de seres humanos que mais nada fizeram do que ser incluídos na imensa lista dos indesejados pelo nazismo não vai poder ser restituída. Não há solução humana para este mal, como nunca houve para qualquer mal: daqui, a importância da sua prevenção.

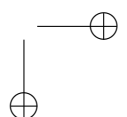
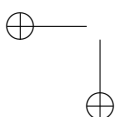
Como Sómogyi desapareceu, nada dele restando, assim desapareceram todos os outros eleitos como inimigos ontológicos pelo capricho de umas quantas bestas, postas no poder por parte de um povo que, assim, e de forma democrática, manchou as mãos com o sangue derramado.

Não nos deixemos fascinar pelo cadáver de Sómogyi ou por qualquer outro cadáver, pelos montes de cadáveres encontrados nos campos pelas tropas aliadas, pelos montões de cadáveres que as guerras sempre produzem: os cadáveres são nada, do ponto de vista humano. Não há o cadáver de Sómogyi, mas apenas um pedaço de caótica matéria, à espera de se desorganizar química e fisicamente, reincorporando-se no comum da material e não-humana natureza.

Do ser humano, morta a sua dignidade, fica humanamente nada. E foi isto que Herr Hitler e os seus camaradas de perversidade fizeram, triunfando, porque o fizeram.

Triunfaram porque o fizeram e fizeram-no porque os deixaram fazer. Quando Herr Hitler subiu ao poder – legitimamente, por ironia – a Alemanha era uma nulidade política, económica e sobretudo militar, com um exército de apenas cem mil homens para questões domésticas. Com tal instrumento bélico, Herr Hitler não poderia ambicionar sequer sonhar com atravessar a fronteira da Polónia ou da Bélgica, por exemplo, muito menos a fronteira da França: seria imediatamente esmagado.

Quando, após seis anos da mais infame cobardia política de que há humana memória, Herr Hitler, em 1939, se lançou contra a Polónia, depois de já ter demonstrado a sua perigosa proficiência militar em vários ensaios muito bem planeados e executados, era dono e senhor de uma máquina de guerra que se revelou imparável até cerca de metade da Segunda Grande Guerra Mundial e com a



qual levou a cabo o esmagamento de povos e nações. Por tudo isto, que fez e que fez porque lhe foi permitido, Herr Hitler venceu.

E Herr Hitler venceu porque não houve pessoas que o travassem a tempo, quando era tempo de o ter travado. Assim, todas as considerações acerca de Deus, invocando cobardemente o Deus dos exércitos que nunca foi militar, são perversas, pois querem pôr Deus a fazer o que o ser humano não fez e deveria ter feito: que ser humano é este que só se lembra de Deus depois de ter cobardemente falhado?

Quem invocou Deus neste papel quando votou em Herr Hitler e o pôs no poder? Quem invocou Deus neste papel quando não enfrentou militarmente Herr Hitler ainda a tempo?

De quantas divisões dispunha Deus?

De todas aquelas que os seres humanos não perversos quisessem pôr à sua disposição para travar a tempo o mal que, uma vez feito, nem Deus pode desfazer. Onde estavam os que invocam a Deus assim quando o trabalho sujo de aniquilar o nazismo teria de ser feito, a tempo? Pacificamente a ser ateus? Ateus ou crentes omnitolerantes, mesmo com os Hitleres? E quando tal falha, invoca-se Deus para vir fazer o que eles não fizeram? Como pode a cobardia invectivar Deus? Como pode querer que Deus anule a liberdade dos seres humanos, liberdade que ou é absoluta no seu plano próprio ou não é simplesmente?

Assim, em nenhum lugar da obra, mais do que no trecho que se segue, podemos perceber bem a grandeza do que se joga na prática aqui implicada, pondo o ser humano, todos os seres humanos, em situação que é paradigmaticamente pelo texto de *Job*, situação em que apenas o ser humano nela implicado pode e deve actuar, pode e deve resolver, na qual e da qual o único implicado é capaz de cortar o nó górdio, dado que nada ou ninguém o pode fazer por ele, o que implica que nada ou ninguém o irá fazer, nem homem nem deus algum, nem Deus: é o mesmo cerne da liberdade humana que está

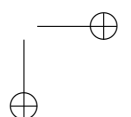
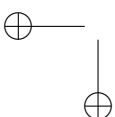


em causa (texto que pela sua importância vamos inserir aqui na sua integralidade, devidamente destacado):

«Pouco a pouco o silêncio prevalece, e então, da minha cama, no terceiro andar, vê-se e ouve-se que o velho Kuhn reza, com o boné na cabeça e abanando o corpo com violência. Kuhn agradece a Deus por não ter sido escolhido. / Kuhn é um insensato. Não vê, na cama ao lado, Beppo, o grego, que tem vinte anos, e que depois de amanhã irá para o gás; e que, sabendo-o, fica deitado olhando fixamente a lâmpada sem dizer nada e sem pensar em mais nada? Não sabe Kuhn que a próxima será a sua vez? Não percebe Kuhn que hoje aconteceu uma coisa abominável que nenhuma oração propiciatória, nenhum perdão, nenhuma expiação dos culpados, nada, em suma, que esteja já em poder do homem fazer, poderá nunca mais cancelar? / Se eu fosse Deus, cuspiria para o chão a oração de Kuhn.»⁶⁰

Não é Kuhn que é um insensato ou Beppo que é um inconsciente, se por tal insensatez e inconsciência entendermos algo de próprio e exclusivo deles: como já foi possível perceber, tal insensatez e tal inconsciência foi apanágio de todo um mundo, salvo raras exceções – propositadamente relembramos Churchill –, que

⁶⁰«A poco a poco prevale il silenzio, e allora, dalla mia cuccetta che è al terzo piano, si vede e si sente che il vecchio Kuhn prega, ad alta voce, col berretto in testa e dondolando il busto con violenza. Kuhn ringrazia Dio perché non è stato scelto. / Kuhn è un insensato. Non vede, nella cuccetta accanto, Beppo il greco che ha vent'anni, e dopodomani andrà in gas, e lo sa, e se ne sta sdraiato e guarda fisso la lampadina senza dire niente e senza pensare più niente? Non sa Kuhn che la prossima volta sarà la sua volta? Non capisce Kuhn che è accaduto oggi un abominio che nessuna preghiera propiziatoria, nessun perdono, nessuna espiazione dei colpevoli, nulla insomma che sia in potere dell'uomo di fare, potrà risanare mai più? / Se io fosse Dio, sputerei a terra la preghiera di Kuhn.» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 116 (trad. S. C. N.).





pensou e agiu como eles, antes, durante e depois da sua tragédia e que continua fazendo o mesmo, não acreditando na radical possibilidade do mal no ser humano ou preferindo perversamente o carrasco à vítima, assim criando as condições para que haja novos carrascos e novas vítimas.

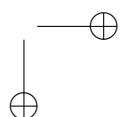
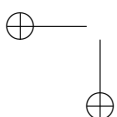
Cada Kuhn e cada Beppo, em sua personalidade sofredora irreduzível, em seu mesmo drama e tragédia, que ninguém partilhou ou podia ter partilhado, porque tal é ontologicamente impossível – embora possa ser ética e politicamente evitável –, merece, mesmo na sua fraqueza, mesmo na sua cobardia, mesmo na sua imprudência e conseqüente injustiça, a nossa mais profunda reverência como ente sofredor, pelo absoluto desse sofrimento, algo de eternamente irresgatável. Cada Kuhn e cada Beppo, na sua frágil humanidade, em sua ontologia, em sua ética tragédia, é parte de mim, e esta parte de mim vive e morre com ele. Esse Kuhn e esse Beppo são dignos de ser amados e devem ser amados.

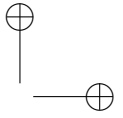
O Kuhn e o Beppo entes políticos, que poderiam e deveriam ter lutado até à morte, que não seria a mesma, que não teria a mesma qualificação degradante que teve aquela que lhes foi imposta e que eles aceitaram, esses nada mais mereceram do que a terrível sorte que lhes coube, por mais horrível que seja esta conclusão.

Mas ela é tanto mais horrível quanto também eu sou este Kuhn e este Beppo, potencialmente ou já em acto. E, assim sendo, merecerei a mesma sorte, eu que me deixei humilhar pela besta, eu que não soube morrer não como coisa abjecta, mas como digna pessoa humana. Eu contribuo, assim, para o triunfo de Hitler e de todos os Hitleres que por aí abundam.

Se disser que não à perversidade da redução humana, então, estarei a contribuir para que a vitória de Herr Hitler não seja tão completa e com tão grande alcance.

É que a providência divina – ou um qualquer seu sucedâneo laico, por exemplo, o etéreo «estado de direito» – não é um antídoto para a cobardia.





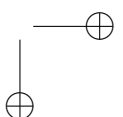
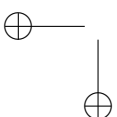
O trecho que se segue introduz um dos principais temas debatidos em torno da realidade dos campos de trabalho para a morte e de extermínio, precisamente o que diz respeito à responsabilidade divina, na relação com a humana nestes tragicamente dramáticos casos: «Os alemães tinham desaparecido. As torres de vigia estavam vazias. / Hoje penso que, mesmo só pelo facto de ter existido um Auschwitz, ninguém deveria falar ainda em Providência; mas sem dúvida naquela hora a lembrança das salvaçãoes bíblicas nas desventuras extremas passou como um vento por todas as almas.»⁶¹

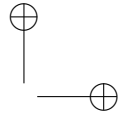
Se a esta citação acrescentarmos a sentença com que termina a citação anteriormente destacada: «Se eu fosse Deus, cuspiria para o chão a oração de Kuhn.», percebemos que, no seio mais profundo desta tragédia, está um entendimento errado do que seja a condição humana, na relação com o absoluto da sua radicalidade ontológica. Que fundamento se quer para o ser, para o mundo e para o ser humano?

Depois de milhares de anos de uma luta tremenda pela emancipação lógica e mesmo ontológica, no sentido da libertação do princípio da agência humana de um cativo esclavagista relativamente ao divino, tendo chegado ao sentido – pelo menos desde a publicação do texto sobre Job e da retoma da problemática, com a reflexão agostiniana sobre o livre-arbítrio, a liberdade e a possível cidade de Deus – de uma liberdade humana a que nada se opõe nem mesmo Deus, sob pena de anular a mais funda essência e substância humana, quer-se, quer-se mesmo que Deus cuspa nos seres humanos a sua angústia elevada aos céus?

Quer-se, de novo, um Deus mágico? Ou um Deus que opere milagres que anedotizem ainda mais a cobardia humana: não vale

⁶¹ «I tedeschi non c'erano piú. Le torrette erano vuote. / Oggi io penso che, se non altro per il fatto che un Auschwitz è esistito, nessuno dovrebbe ai nostri giorni parlare di Provvidenza: ma è certo che in quell'ora il ricordo dei salvamenti biblici nelle avversità estreme passò come un vento per tutti gli animi.» LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, s. d., p. 140 (trad. S. C. N.).





a pena lutar contra a tirania porque Deus vai-me resgatar das mãos do tirano? Mas porquê?

Porquê, se nunca se imiscuiu no drama semelhante de Job ou, para os cristãos, no drama semelhante de Cristo? Que interessante seria Deus Pai evitar no limite que o seu menino morresse no Calvário! Em que anedota ética e política vivemos nós?

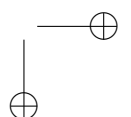
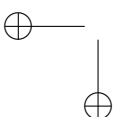
Será que não se percebe algo que é tão fácil de perceber: que Deus, se se imiscuir directamente ou indirectamente nestas coisas, anula a mesma liberdade humana, o mesmo é dizer que anula o ser humano como humano. Mas isso é o que os tiranos querem! Isso foi o que Hitler quis!

É uma Providência mágica que se quer? Não se entende que a Providência se encontra definitivamente ligada ao que cria pelo laço da criação, que não pode trair, e que o laço, no caso humano, é a mesma liberdade outorgada, liberdade que, como possibilidade de escolha, permite o bem e o mal, não podendo intervir porque a intervenção anula a mesma aliança ontológica dada no acto criador?

O milagre, que não é mágico, não pode ser senão excepcional e não pode anular, trair o vínculo criador que conferiu a liberdade: por isso a realidade é tão terrivelmente dura, mas não pode não ser assim. Imagine-se o que seria a realidade em que Deus estivesse sempre a intervir quando o mau uso da possibilidade humana de escolha pervertesse a possível caminhada para um possível bem. Que anedota ontológica e teológica seria.

Por outro lado, o verdadeiro milagre é o contínuo brotar do ser em seu mesmo absoluto e aí a Providência está sempre como fonte. Mas não lhe é dado fazer o trabalho que compete ao criado, o trabalho físico da natureza e o trabalho ético e político do ser humano.

Job resistiu contra tudo e contra todos e teria morrido na defesa do seu bem, dado por Deus. Ora, o que é dado a fazer a Job é dado a fazer a todas as pessoas. Se Job aguentou com tudo, se Job





ficou sem coisa alguma, se até os supostos amigos o abandonaram, se Deus não se lhe manifestou, senão no fim de tudo e após ter resistido a tudo, mesmo a uma falsa manifestação de Deus, como não exigir o mesmo de todos os Jobs que somos todos nós?

Condenar a Providência pelo mal que seres humanos fizeram a seres humanos é cuspir duplamente na mesma humanidade, pois, para além do insulto da sua redução a coisa indesejada, ainda se lhe quer retirar a sua mesma responsabilidade por não ter afirmado que não era reduzida coisa e que não merecia ser cuspada.

Com a mesma boca que se cospe pode beijar-se. Por que razão escolher cuspir em vez de beijar? Mas será mesmo a mesma boca? O ser humano define-se pela materialidade da sua boca ou pela espiritualidade, maior ou menor, do acto com que se manifesta?

A nós compete a escolha.

